



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 012

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE MARÇO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 012

12ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Mensagens 03

Indicações 08

Requerimentos 09

Projetos de Lei 14

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos..... 19

Dep. Artagão Júnior..... 19

Dep. Antonio Belinati 20

Dep. Teruo Kato..... 21

Dep. Péricles de Mello..... 22

Grande Expediente:

Dep. Marcelo Rangel 25

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 21

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello.....23

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano27

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi28

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Chico Noroeste.....29

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch30

Liderança do Governo

Luiz Claudio Romanelli.....32

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente35

Discussão/Votação

Redação Final35

3ª Discussão35

2ª Discussão35

1ª Discussão35

Requerimentos37

Encerramento da Sessão39

Publicações:

Ata de Comissão

Tomada de Contas.....40

DIÁRIO Nº 012

12ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE MARÇO DE 2009**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana,

Carlos Simões, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (52).

Ausentes os Srs. Deputados: Cleiton Kielse e Ney Leprevost (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CEE/CC 623 a 644/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nº 508/09 de autoria do Deputado Péricles de Mello; 420/08 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin; 446/08 de autoria do Deputado Artagão Júnior; 419/08 da Deputada Luciana Rafagnin; 440/08 do Deputado Nereu Moura; 428/08 do Deputado Luiz Claudio Romanelli; 800/07 do Deputado Pedro Ivo; 427/08 do Deputado Tadeu Veneri; 521/08 do Deputado Cleiton Kielse; 448/08 Deputado Nelson Justus; 231/08 do Deputado Marcelo Rangel; 409/08 do Deputado Caíto Quintana; 360/08 do Deputado Luiz Eduardo Cheida; 333/08 do Deputado Caíto Quintana; 522/08 do Deputado Cleiton Kielse; 368/08 do Deputado Péricles de Mello; 485/08 do Deputado Nelson Justus; 140/08 do Deputado Reni Pereira; 406/08 da Deputada Rosane Ferreira; 401/08 do Deputado Duílio Genari; 408/08 do Deputado Alexandre Curi e 465/08 de autoria do Deputado Nelson Justus. **Ao conhecimento da Casa.**

Mensagens

MENSAGEM Nº 004/09

Curitiba, 18/02/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE para a Agência de Fomento do Paraná S/A, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para interessados em aderir ao Programa Bom Emprego Pequena Empresa, na forma estabelecida em ato específico.

As incertezas geradas pela recessão instalada nos Estados Unidos e Europa colocam em xeque a atividade econômica em todo o globo. Corre-se o risco de que as necessidades, principalmente de liquidez, das empresas e consumidores lancem o sistema econômico global em processo recessivo de caráter eventualmente mais prolongado. As consequências de tal conjuntura para o Paraná são inescapáveis e cabe ao Governo, neste momento, prover alternativas para que as pequenas empresas do Estado possam fazer frente a este cenário.

É em observância a esta realidade e atendendo justa reivindicação do segmento empresarial de menor porte - micro e pequenas empresas - disposto a investir no crescimento de seus negócios, mas que precisa de financiamento adequado para realizar seus projetos, que o Governo do Estado do Paraná, por meio da Agência de Fomento do Paraná S/A - AFPR, e com a participação da Secretaria de Estado da Fazenda, da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul e da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, formulou a presente proposta de anteprojeto de lei, em atendimento ao disposto no artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Paraná já conta, no âmbito do ICMS, com o Programa Bom Emprego instituído pelo Decreto nº 1465, de 18/06/03, que beneficia as empresas industriais que investem na implantação, expansão e reativação de empreendimentos localizados ou que venham a se estabelecer no Estado, concedendo dilação, em até 48 meses, no prazo de pagamento do imposto estadual devido.

No Programa ora proposto, o Estado amplia sua ação de promover o incremento da geração de emprego e renda, apoiando as micro e pequenas empresas contribuintes do ICMS do setor industrial e comercial. O referido imposto foi incorporado, em julho de 2007, na arrecadação federal pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - SIMPLES Nacional com a transformação em lei do Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que prevê o tratamento diferenciado e favorecido às empresas do segmento.

Desta feita, o apoio às empresas se dará pela disponibilização de financiamento em condições favorecidas pela Agência de Fomento do Paraná S/A - AFPR. Deste modo, amplia-se o leque de empresas potencialmente beneficiárias, já que, ao contrário das indústrias de maior porte beneficiadas no programa atual que normalmente tem ampla disponibilidade a créditos adequados junto ao sistema financeiro, no segmento das empresas menores o acesso ao financiamento representa considerável entrave à decisão de investir e progredir.

A importância das micro e pequenas empresas na nossa economia já é amplamente conhecida: representam mais de 98% dos estabelecimentos e 67% da mão de obra ocupada no setor privado, segundo dados do SEBRAE.

No Paraná, segundo dados da SEFA, em setembro de 2008 estavam inscritos 223 mil e 160 contribuintes, dos quais 172 mil e 906 ou 77,5% enquadrados no regime do SIMPLES nacional. Por outro lado, em valor de arrecadação do segmento representou apenas 2,0% do total, com valor médio de contribuição de ICMS de R\$ 130,71 no mês, refletindo o acerto da decisão do Governo do Estado de conceder tratamento favorecido ao segmento das micro e pequenas empresas.

Para atuar em consonância com a visão da Política de Desenvolvimento do Estado do Paraná - PDE que norteia o Plano Plurianual - PPA 200/2011, o Programa que se pretende instituir pela vida do anteprojeto de lei proposto prevê prioridade para as regiões e Municípios com menores Índices de Desenvolvimento de forma semelhante ao Programa Bom Emprego atual, com prioridade na concessão dos benefícios às micro e pequenas empresas localizadas no Centro Expandido (Região do Estado com menores Índices de Desenvolvimento Humano, considerada um espaço socialmente crítico pelo Plano Plurianual 2008/2011 do Governo do Estado). O mecanismo de apoio a ser utilizado para que o financiamento da AFPR compra sua função será o de equalização de taxa de juros, mediante recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE que, desde 1962, compre seu papel de instrumento do Governo no fomento à economia do Estado.

Desta forma, empreendimentos localizados em Municípios menos desenvolvidos pagarão juros menores nos financiamentos da AFPR, participando o FDE com os custos associados à equalização da taxa de juros em até 5 (cinco) pontos percentuais ao ano. Exemplificando: um financiamento BNDES repassado pela AFPR com taxa de juros média de 11% ao ano, poderia custar ao tomador 6% ao ano. Prevê-se a implantação de diferentes taxas de equalização, tendo por parâmetro as gradações estabelecidas no Programa Bom Emprego, em observância à localização geográfica dos empreendimentos e com variação conforme o grau de desenvolvimento do Município. Pretende-se, deste modo, atender as pequenas empresas que, no atual momento, necessitam de fôlego para realizar seus investimentos, fôlego este que lhes é negado pelo setor financeiro privado. O Programa prevê que sejam condicionantes do benefício da equalização a manutenção de empregos e o aumento do faturamento da empresa beneficiária.

A proposta de instituição do subsídio para equalização no Programa Bom Emprego Pequena Empresa tem por escopo fomentar o crescimento das micro e pequenas empresas do Paraná que, apesar de sua menor escala de faturamento individual e, por conseguinte, de pagamento do ICMS, contribuem com o fortalecimento das regiões menos desenvolvidas do Estado, gerando emprego e renda, cumprindo o estabelecido na Política de Desenvolvimento do Estado - PDE. Com mais esta ação, o Governo do Paraná mostra seu comprometimento com a proteção da economia paranaense, em especial no atual momento da conjuntura econômica, em que o colapso financeiro das economias mais desenvolvidas ameaça espalhar seus efeitos sobre a atividade econômica no Paraná.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica autorizada a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE para a Agência de Fomento do Paraná S/A, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para interessados em aderir ao Programa Bom Emprego Pequenas Empresas, na forma estabelecida em ato específico.

§ 1º A equalização ficará limitada a 5,0 (cinco) pontos percentuais ao ano a serem deduzidos da taxa integral de juros contratuais que o beneficiário contratar com a Agência de Fomento do Paraná S/A.

§ 2º As despesas com a subvenção econômica de que trata este artigo correrão à conta das dotações orçamentárias consignada anualmente ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, em rubrica específica para esse fim, ou dos recursos já existentes no citado Fundo.

§ 3º O risco de crédito dos financiamentos às empresas será assumido integralmente pela Agência de Fomento do Paraná S/A.

Art. 2º São beneficiários da subvenção prevista no artigo 1º as micro e pequenas empresas localizadas no Estado do Paraná, assim definidas aquelas que atendem aos requisitos do Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, especificamente ao Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - SIMPLES nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, e da Lei Estadual nº 15562, de 04/07/07.

Parágrafo Único. Não poderá enquadrar-se no Programa empresa inadimplente ou aquela cujo sócio ou dirigente e respectivos cônjuges estejam inadimplentes ou participem do capital ou da administração da empresa inadimplente, na forma do regulamento desta lei, perante:

I) o Estado do Paraná, em relação aos tributos de sua competência, inclusive a parcela de ICMS recolhida através do SIMPLES nacional;

II) a Agência de Fomento do Paraná S/A, por suas operações próprias e em relação aos ativos do Estado de que trata o Decreto n° 3764, de 23/03/01;

III) o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP em Liquidação;

IV) o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE.

Art. 3° Para fins de concessão e continuidade do subsídio de que trata esta lei o beneficiário deverá comprovar à Agência de Fomento do Paraná S/A a manutenção do número de postos formais de trabalho, durante o período de adimplência do financiamento objeto da subvenção.

Art. 4° O não pagamento de três parcelas sucessivas do financiamento contratado, nos prazos fixados, importará na imediata revogação do subsídio concedido.

Art. 5° O Poder Executivo regulamentará em ato específico:

I - os demais critérios, limites e normas operacionais para a concessão da subvenção de que trata esta lei;

II - as empresas contempláveis com a subvenção;

III - as condições operacionais gerais para a implementação, execução, pagamento, controle e fiscalização da subvenção;

IV - as condições para acesso aos benefícios previstos nesta lei, incluindo o rol dos itens financiáveis que serão contemplados com a subvenção e outras exigências técnicas pertinentes;

V - os montantes máximos de subvenção econômica, de forma compatível com os recursos disponíveis para esta finalidade.

Art. 6° Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à implementação desta lei.

Art. 7° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 005/09

Curitiba, 19/02/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, a conceder bolsa-auxílio aos estudantes de origem angolana, deficientes visuais, matriculados em instituições de ensino no Estado do Paraná.

A busca pela paz e pela boa convivência entre os povos, ao longo da história, tem sido marcada por avanços e retrocessos, mas, em sua maioria, calcada na esperança do resgate da dimensão humana, independentemente da origem, da raça, do sexo, da cor e da idade.

A Constituição Federal, ao tratar das relações internacionais, elencou diversos princípios e, dentre eles, o da prevalência dos direitos humanos e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Desta forma, o Governo do Paraná acolhe toda e qualquer nação que partilhe da idéia de progresso da humanidade de forma integrada e, por isso, entende que pode acolher os estudantes angolanos que necessitam de apoio para sua plena formação, contribuindo, assim, para um enlace positivo entre nações e firmando compromisso pela paz entre todos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, a conceder bolsa-auxílio aos estudantes de origem angolana, deficientes visuais, matriculados em instituições de ensino no Estado do Paraná.

Art. 2° A bolsa-auxílio poderá ser fixada até o valor estipulado para os cargos comissionados de simbologia 7-C e poderão ser acrescidas, quando for o caso, as despesas de matrícula e mensalidades das instituições de ensino, até a conclusão dos respectivos cursos.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 006/09

Curitiba, 19/02/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Irati, de áreas de terras com 31 (trinta e um) hectares, delimitada no processo sob Protocolo n° 7.060.652-6, inserida em área maior, com 450 alqueires, na localidade denominada Fazenda Floresta, Serra dos Pedrosos, Fazenda Imbituvinha, Município de Teixeira Soares, conforme Registro sob n° 4750, do Registro de Imóveis da Comarca de Teixeira Soares.

A presente medida consulta aos interesses públicos pois tal imóvel será utilizado para implantação de aeródromo no Município de Irati.

Consta, no texto do anteprojeto de lei, que a cessão terá vigência de 20 anos, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes, e que referido imóvel retornará ao patrimônio do Estado, caso se comprove uso distinto do assim estabelecido, ou houver a cessação

das atividades do aeródromo e, ainda, quando do retorno do imóvel ao patrimônio do estado, o Cessionário não terá direito a ressarcimento por edificações nos mesmos construídas, as quais passarão a integrar o patrimônio estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Irati, de área de terras com 31 (trinta e um) hectares, delimitada no processo sob Protocolo nº 7.060.652-6, inserida em área maior, com 450 alqueires, na localidade denominada Fazenda Floresta, Serra dos Pedrosos, Fazenda Imbituvinha, Município de Teixeira Soares, conforme Registro sob nº 4750, do Registro de Imóveis da Comarca de Teixeira Soares.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para a implantação de aeródromo no Município de Irati, retornando ao patrimônio do Estado, caso se comprove uso distinto do assim estabelecido, ou houver a cessação das atividades do aeródromo.

Art. 3º A presente cessão terá vigência de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Quando do retorno do imóvel ao patrimônio do Estado, o Cessionário não terá direito a ressarcimento por edificações nos mesmos construídas, as quais passarão a integrar o patrimônio estadual.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 007/09

Curitiba, em 27/02/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a essa Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei, dispondo sobre aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 402.000,00 (quatrocentos e dois mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, aprovado pela Lei Estadual nº 16032, de 29/12/08, visando atender despesas com a aquisição do imóvel situado à Rua Padre Camargo, 250, em Curitiba/PR, objetivando a continuidade dos serviços instalados na Unidade de Endocrinologia Pediátrica do HC/UFPR.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa Assembleia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI
Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica aberto um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 16032, de 29/12/08, no valor de R\$ 402.000,00 (quatrocentos e dois mil reais), conforme anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme anexo II desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme anexos III e IV desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I				R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr Font e	ALO	Valor	Nº do Proc. COP
4700 4760 2480	Secretaria de Estado da Saúde Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE Atenção à Saúde	45906100	100	01	L	402.000	0182
					Total	402.000	

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II				R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr Fonte	ALO	Valor	Nº do Proc. COP
4700 4760 2480	Secretaria de Estado da Saúde Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE Atenção à Saúde	44405200	125	01	L	402.000	0183
					Total	402.000	

ACRÉSCIMO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO III				R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Fonte	Gr Fonte	Valor	Processo		
1113.02.12 9113.02.12	Imp. s/Oper. Relat. à Circ. de Merc. e s/Prest. de Serv. de Transp. Interest. e Interm. e de Comun. - Parc. Estadual Dedução de Receita de ICMS para a Formação do FUNDEB	100 100	01 01	502.500 100.500-	0182 0182		
				Total	402.000		

REDUÇÃO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO IV				R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Fonte	Gr Fonte	Valor	Processo		
2211.99.00	Receita de outros Títulos	125	01	402.000	0183		
				Total	402.000		

Indicações

INDICAÇÃO Nº 167/09

SÚMULA:

Sugere a construção dos muros do Colégio Estadual Tânia Varella Ferreira, do Município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção dos muros laterais do Colégio Estadual Tânia Varella Ferreira Ensino Fundamental e Médio de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações do Colégio Estadual Tânia Varella Ferreira, que solicita o aumento dos muros laterais do colégio, uma vez que devido à baixa altura dos mesmos, estamos enfrentando problemas constantes de invasões e ameaças de bombas, durante os períodos de aula.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 168/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 01 (uma) Capela Mortuária na sede do Município de Quarto Centenário.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 01 (uma) Capela Mortuária na sede do Município de Quarto Centenário.

II - estamos apresentando a presente indicação, procurando atender anseios da população, que não dispõem de local adequado para valer seus entes queridos, que dependem de locais públicos tais como a Câmara Municipal e demais estabelecimentos que não são apropriados para tal finalidade.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

INDICAÇÃO Nº 169/09

SÚMULA:

Sugere a instalação do Batalhão de Polícia Militar no Município de Francisco Beltrão.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a instalação do Batalhão de Polícia Militar no Município de Francisco Beltrão

II - estamos apresentando a presente indicação, procurando atender anseios da população, com a instalação do Centro de Detenção e Ressocialização e do Hospital Regional, houve um crescimento gradativo do fluxo de pessoas e veículos em nosso Município. Assim aumentando a preocupação que reflete no aumento da violência, criminalidade e de acidentes que está ocorrendo frequentemente com a população beltroense.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

INDICAÇÃO Nº 170/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Jardim Olinda.

Senhor Governador, Senhora Secretária:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Educação a construção de uma Biblioteca Cidadã no Município de Jardim Olinda pelas razões que especificam na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No Município de Jardim Olinda reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não tem condições de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer as crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do Estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Jardim Olinda, portanto, mais do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO Nº 171/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Guairacá.

Senhor Governador, Senhora Secretária:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Educação a construção de uma Biblioteca Cidadã no Município de Guairacá pelas razões que especificam na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No Município de Guairacá reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não tem condições de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer as crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do Estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Guairacá, portanto, mais do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO Nº 172/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Mandaguaçu.

Senhor Governador, Senhora Secretária:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Educação a construção de uma Biblioteca Cidadã no Município de Mandaguaçu pelas razões que especificam na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No Município de Mandaguaçu reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não tem condições de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer as crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do Estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Mandaguaçu, portanto, mais do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO Nº 173/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Santa Isabel do Ivaí.

Senhor Governador, Senhora Secretária:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Educação a construção de uma Biblioteca Cidadã no Município de Santa Isabel do Ivaí pelas razões que especificam na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No Município de Santa Isabel do Ivaí reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não tem condições de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer as crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do Estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Santa Isabel do Ivaí, portanto, mais do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO Nº 174/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Santo Antonio do Caiuá.

Senhor Governador, Senhora Secretária:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se

propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Educação a construção de uma Biblioteca Cidadã no Município de Santo Antonio do Caiuá pelas razões que especificam na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No Município de Santo Antonio do Caiuá reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não tem condições de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer as crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do Estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Santo Antonio do Caiuá, portanto, mais do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 462

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência na Sessão Ordinária do dia 02 de março do corrente ano, por compromisso oficial assumido - reunião sobre instalação da Escola Técnica de Irati realizada na Cidade de Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) FELIPE LUCAS

REQUERIMENTO Nº 484

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que se digne o Exmo. Sr. Presidente desta Assembleia em autorizar a mudança do dia em que um representante do Coritiba Futebol Clube utilizará do Grande Expediente da Sessão Plenária para a comemoração do ano do centenário do Coritiba Futebol Clube que estava marcada para o dia 05/03/09 - quinta-feira para o dia 16/04/09.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 457

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Regina Célia Mielke, ocorrido no dia 26/02/09.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 26/02/09, vítima de um trágico acidente automobilístico a Sra. Regina Célia Mielke, com 42 anos de idade era filha do Vereador Pedro Mielke do Município de Piên.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquila, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Regina, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 463

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Tamboara, pela passagem, no próximo dia 15/03/09, de seus 56 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Reinaldo Gimenez Milan, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Antonio Carlos Caunetto, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Tamboara.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população do Município de Tamboara, que estará completando, no próximo dia 15/03/09, seus 56 anos, está de parabéns e sente-se deveras reconhecida pelo esforço e inteligência de seus administradores.

Saudamos efusivamente o Prefeito Reinaldo Gimenez Milan, o Vice-Prefeito Antonio Carlos Caunetto e todos os Srs. Vereadores desse importante Município.

Temos certeza que poderemos continuar contando com a efetividade do trabalho de todos, confiado pela população.

A homenagem que pretendemos prestar ao Município de Tamboara será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol de sua grandeza.

Devemos conciliar nossas aspirações e necessidades com os esforços das gerações anteriores. Tudo isso, é um traço marcante de solidariedade.

À luz desse princípio e com a ajuda de Deus, vamos seguir trabalhando com afincos em prol de uma sociedade mais justa, mais humana e igualitária.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, sente-se honrado em congratular-se com a população de Tamboara pelo transcurso da significativa data.

REQUERIMENTO Nº 464

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, para que fique registrado para posteridade, nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, voto de congratulações e aplausos à Legião Paranaense do Expedicionário, pela passagem no último dia 21 de fevereiro, dos 64 anos da grande vitória da segunda Guerra Mundial (1944-1945).

Requer outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência ao Sr. Major Benur Augusto Muniz, Presidente do Museu do Expedicionário, órgãos dos ex-combatentes.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 21/02/45, os expedicionários brasileiros conseguiram uma de suas grandes vitórias na Segunda Guerra Mundial, a conquista do Monte Castelo. Naquela ocasião uma força exclusivamente brasileira, conseguiu desalojar o exército alemão de uma posição fundamental para a liberação de Bolonha, uma das principais cidades italianas. Para recordar os feitos de nossos pracinhas é que resolvemos redigir este requerimento a fim de marcar a posteridade.

Corriam os anos de 1944-1945, o mundo vivia a ansiedade da Segunda Guerra Mundial. O Paraná não estava alheio, nem poderia. E contribuía com seus jovens enviados, como outros brasileiros para o "front".

Os nossos pracinhas saíam de Curitiba em trem ferroviário especial sempre à noite, para se incorporarem à Força Expedicionária Brasileira (FEB) prontos para a luta na Europa, pelos ideais de paz e liberdade. Cada um daqueles pracinhas representaram aquela batalha que venceram na longa guerra, pois, garantiam aos irmãos brasileiros identificarem-se mais íntima e sinceramente com a nossa história, com os emblemas do nosso orgulho Nacional e com o destino do nosso País.

É indeclinável dever, honrar aqueles que põe seus méritos fizeram jus à admiração e a gratidão de seus semelhantes. Quanto mais, quando se trata de alguém que, por seus esforços, tudo fizeram pela vitória. E para que não fôssemos acoimados de ingratos, aqui estamos para prestar-nos homenagem a todos os pracinhas.

Nada mais reconfortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé, que saudar uma instituição como a Legião Paranaense do Expedicionário, que foi capaz de encarar o futuro com aquela invencível confiança, que inspirou nas ações e conquistas daquela instituição septuagenária e tão querida da nossa sociedade paranaense.

Com muita tristeza e saudades, vamos transcrever todos os nomes dos Pracinhas Brasileiros, que fizeram parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que em defesa do Brasil, não voltaram da Segunda Guerra Mundial 1944-1945, porque estão todos no céu, junto à Deus.

Força Expedicionária Brasileira
Aos brasileiros que morreram na Itália em
defesa do Brasil
(Segunda Guerra Mundial - 1944 a 1945)

Abel Antonio Mendanha; Amaro Felissíssimo da Silveira; Abílio Fernandes; Amaro Ribeiro Dias; Abílio José dos Santos; Américo Fernandes; Abílio dos Passos; Américo Pereira da Rocha; Achilles Brasil; Américo Rodrigues; Adalberto Candido de Melo; Amphilófilo Silveira Lessa; Adão Woycil; Ary de Azevedo; Adelmir Dias dos Santos; Assad Feres; Adir Jorge; Atílio Piffer; Aguinaldo Saturnino Rocha; Atualpa Pereira Leite Filho; Agostinho da Silva Monteiro; Augusto Gonçalves Cardoso; Ailson Simões; Aurélio Sampaio; Alberto Mello da Costa; Aurélio Venâncio de Oliveira; Alberto Vicente Cardo; Ayres Quaresma; Albino Cezar; Ayres da Silva Dias; Alcebíades Bobadilha da Cunha; Ary Rauem; Alcebíades Sodré; Ananias Holanda de Oliveira; Alcides Maia Rosa; Andirás Nogueira de Abreu; Alcides de Oliveira; André Ermelindo Ribeiro; Aldemar Fernandes Ferrugem; Anélio da Luz; Aleixo Herculano Maba; Anésio Antão Ferreira; Alessio Venturi; Antenor Costa; Alcício Clara Simeão; Antonio Engenio Vieira; Almir Bernardo; Antonio Agostinho Martins; Altino Martins da Vitória; Antonio Álvares da Silva; Álvaro Gomes Santiago Sobrinho; Antonio Alves; Almandio Goering; Antonio Aparecido; Aluísio Farias; Antonio Bento de Abreu; Amarílio Gonçalves de Queiroz, Antonio Cação; Antonio Caetano de Souza Filho; Benedito Eliseu dos Santos; Antonio Carlos Ferreira; Benedito Esteves da Silva; Antonio Coelho da Silveira; Benedito Francisco da Silva; Antonio Costa Ernesto; Benedito Patrício; Antonio Durval de Moraes; Benevides Valente Monte; Antonio Farias; Benjamin Pedroso da Silva; Antonio Martins de Oliveira; Benjamim Theotônio de Lima; Antonio Mathias de Camargo; Berone Falcão de Golveia; Antonio Pais Almeida; Berly Azevedo Vieira; Antonio Patrocínio Fernandes; Bernardino Silva; Antonio Pinton; Brasília Pinto de Almeida; Antonio Romano de Oliveira; Bruno Estrífica; Antonio de Souza; Cândido da Luz Paiva; Antonio Vicente de Paula; Carlo Berliini; Aquino Araújo; Carlos Coco; Aristides Golveia; Carlos

Walter Hisserich; Aristides José da Silva; Celio do Nascimento; Arlindo Gonçalves dos Santos; Celso Barbosa Lima; Arlindo Lúcio da Silva; Celso dos Santos; Arlindo Sardanha; Elídio Rodrigues Pinto; Arnaldo Cândido Raulino; Eliseu José Hipólito; Artur Lourenço Staerck; Elísio da Richa Passos; Cesário Aguiar; Eliseu Pinhal; Claudino Pinheiro; Epitácio de Souza Lucena; Claudovino Madalena dos Santos; Ermínio Cardoso; Clério Bortolo; Ernani Marones de Gusmão, Clito Antonio de Araújo; Ernesto Gonçalves; Clóvis da Cunha Pais de Castro; Ernesito José das Chagas; Clóvis Rosa da Silva, Estanislau Woycik; Clower Bastos Cortes; Euber Queiroz Junior; Constantino Maroqui; Eugenio Alves da Silva; Cosme Fontes Lira; Eugenio Martins Pereira; Basíleo Nogueira da Costa; Eurides Fernandes do Nascimento; Basílio Zechim Junior; Eurípedes Rodrigues de Lima; Belmiro Ferreira da Silva; Eutrópio Wilhelm de Freitas; Benedito Alves; Evilásio Rocha de Assis; Benedito Alves dos Santos; Fábio Pavani; Felício Tomasini; Francisco Luís Roberto Roening; Felisbino dos Santos; Francisco Martins Theotônio; Félix Marquesi; Francisco Mega; Fernando Fontes; Francisco de Paula Lopes; Fleury Silva; Francisco de Paula Moura Neto; Francisco de Almeida; Francisco Pereira dos Santos; Francisco Alves de Azevedo; Francisco dos Santos Filho; Francisco Alves de Oliveira; Francisco Tamborim; Francisco Antonio Valter Savastana; Francisco Vitoriano; Francisco Batista Rios; Frederico Antonio Bressan; Francisco de Castro; Frederico Gustavo dos Santos; Francisco Dias; Fredolino Chimango; Cosme Henrique dos Santos; Gastão Gama; Cristino Clemente da Silva; Genésio Valentim Correa; Cristóvam Moraes Garcia; Gentil Guimarães de Oliveira; Cylber Porto de Mendonça; Geraldo Augusto dos Santos; Damázio Rodrigues Gomes; Geraldo Baeta da Cruz; Daniel Rodrigues dos Santos; Geraldo Berti; Deniz Pinto de Matos; Geraldo Elias; Derneval de Souza Gil; Geraldo Martins Santana; Diogo Garcia Martins; Geraldo Ribeiro de Rezende; Dionízio Chagas; Geraldo Rodrigues de Souza; Dionízio Lorenzi; Geraldo Rosa; Dirceu de Almeida; Geraldo Sant'Ana; Djalma Correa; Gerhardt Holtz; Donato Ribeiro; Gildo dos Santos Pereira Lira; Durvalino do Espírito Santo; Godofredo de Cerqueira Leite; Edésio Afonso de carvalho; Gonçaulo de Paiva Gomes; Edgar Lourenço Pinto; Gregório Vilalva; Edmundo Arrabar; Francisco Firmino Pinho; Edson Salles de Oliveira; Francisco Ferreira Malafaia; Eduardo Gomes dos Santos; Francisco Franco; Eiduarte da Silva Pontes; Francisco Gomes de Souza; Eleaquim Batista; Francisco Hierro; Elias Vitorino de Souza; Hercílio Gonçalves; Elídio Machado Martins; Hermínio Aurélio Sampaio; Francisco José da Souza; Hermínio Antonio da Silva; Hereny da Costa; José Fernandes da Silva; Hilário Décimo Zanesco; José Ferreira; Hileno Ramos; José Francisco de Souza; Honório Correa de Oliveira Filho; José Furtado Leite; Hortêncio da Rosa; José Garcia Lopes Filho; Hugo Gonçalves; José Gomes; Humberto Alves Nogueira; José Gomes de Barros; Hyvio Domênico Naliato; José Graciliano

Carneiro da Silva; Ignácio Gomes; José Guilherme da Silva; Iraci Luquina; Gumercindo da Silva; Isanor Furquim de campos; Hamilton da Silva Costas; Ivo Robach de Oliveira; Harry Hadlick; Izidro Matoso; Helio Thomaz; Jacinto Lucas da Costa; João Maria Silveira Marques; Jair da Silva Tavares; João Maurício Campos de Medeiros; Jamil Dagli; João Monteiro da Rocha; Jesuíno Ventura; João Moreira; João Alberto Alves; João Moreira Alberto; João Américo da Silva; João Nunes; João Batista dos Reis; João de Oliveira Carmo; João Batista Rotelo; João Peçanha de Carvalho; João Espinard; João Pereira da Silva; João Fagundes Machado; João Protzek; João Ferreira da Silva; João Rechocoski; João Floriano Zanetti; João Rodrigues; João Gonçalves dos Santos; João Rodrigues Franco; João Inácio Nascimento; João Soares de Faria; João Lopes de Assunção; João Soares Pimentel; João Lopes Filho; João Zapela; João Mancias Alves; Joaquim Antonio de Oliveira; João Maria Batista; Joaquim Onílio Borges; José Bravos; Joaquim Pires Lobo; José Carlos da Silva; Joaquim Severino; José da Costa Valério; Joaquim Xavier de Lira; José Custódio Sampaio; John R. Cordeiro; José Domingues Pereira; Jorge Alvarenga da Silva; José Fernandes; Jorge da Costa Lima; Jorge Martinho Prado; José Pessoto Sobrinho; Jorge Monçores; José Pires Barbosa Filho; José Alexandre Machado; José Rufino da Costa; José Alves de Abreu; José Serafim; José Amaro de Souza Peçanha; José da Silva; José de Andrade; José de Souza Oliveira; José Antonio Moreira; José Varela; José Antonio dos Santos; José Vicente de Paula; José de Araújo; José Vivanco Solano; José de Assunção dos Anjos; José Vieira da Conceição; José Baldino; José Wsoek; José Belfort de Arantes Filho; Marcelino Lourenço; Júlio Conceição; Márcio Pinto; Júlio Nicolau; Marino Félix; Jupir de Souza Pinto; Mario Nardeli; Justino José Ladeira; Maurício Araújo Martins; Laudelino Nogueira; Maurício Moreira Rodrigues; Lázaro Moncef; Maques Wolff Filho; Laércio Xavier de Mendonça; Michel Jacob Cheid; Laudelino Vieira dos Campos; Miguel Francisco Dias; Laurentino da Silva Nonat; Miguel Marotti Cabral; Lélío Martins de Souza; Miguel de Souza Filho; Leônidas Moreira; Moisés de Oliveira; Lino Pinto dos Santos; Nelson Alves Fonseca; Lourival Alves de Souza; Nevio Baracho dos Santos; Lucindo Nepomuceno Cebálio; Noraldino Rosa dos Santos; José Higaskino; Norberto Henrique Weber; José Januário da Costa; Nilo Morais Pinheiro; José Gerônimo de Mesquita; Olavio Soares do Amaral; José Leite da Silva; Oudegard Sapucaia; José Lima; Olímpio José Borges; José Luiz dos Santos; Olivaldo Barbosa Vila-Nova; José Manoel de Oliveira; Omar Bento do Nascimento; José Maria Pinto Duarte; Orlando Ferreira Martins; José Martins Dias; Orlando Randi; José de Moraes; Oscar Rossim; Sebastião da Costa Xaves; Paulino José de Oliveira; Sebastião Felício; Paulo Damásio Rolla; Sebastião Garcia; Paulo Emydio Pereira; Sebastião Ribeiro; Paulo Inácio de Araújo; Sebastião Vianna; Oscar Schad; Paulo Morais Pinheiro; Osmar Cortes Claro; Paulo Moreira; Oswaldino Mendes Rocha; Paulo Pereira da

Silva; Oswaldo de Carvalho; Paulo de Souza Pereira; Oswaldo Conceição; Paulo Tansini; Oswaldo José de Oliveira; Pedro Graciano Moreira; Oswaldo Lelles; Pedro Krinski; Oswaldo Pereira; Pedro Laurindo Filho; Luiz Geraldo da Silva; Pedro Mariano de Souza; Luiz Gomes Quevedo; Pelopidas Passamani; Luiz Manoel Ferreira; Prim Rodrigues Canes; Luiz Lopes Dorneles; Rafael Pereira; Luiz Ribeiro Pires; Rafael Rogério Buzarello; Luiz Rodrigues Filho; Ranis Mendes; Luiz Stobel; Raul Marques Marinho; Luiz Tenório Leão; Ricardo Marques Filho; Manasses de Aguiar Barros; Roberto Marcondes; Manoel Amaro dos Santos; Rodolfo Gomes de Campos; Manoel Apolinário dos Reis; Rodoval Cabral da Trindade; Manoel Barbosa da Silva; Rodrigo Leme da Silva; Manoel Chagas; Rolland Ritte Meister; Manoel Eduardo de Souza; Romeu Casa Grande; Manoel Francisco Gomes; Romeu Cocco; Manoel Furtado; Rosálio José da Conceição; Manoel Olinio Paiva; Rubem de Souza; Manoel Pinto; Rubens Coelho Galvão; Manoel de Souza; Otacílio de Souza; Marcelino Jozinski; Rui Lopes Ribeiro; Otávio Carlos da Silva; Saulo Lima de Vasconcelos; Otávio Sinésio Aragão; Sebastião Cerrato; Otelio Ribeiro; Sebastião Clementino Machado; Otto Unger; Sérgio Bernardino; Vicente José de Almeida; Sérgio Grevinski; Vital Fontoura; Servino Mengarda; Waldemar Adelino da Silva; Severino Barbosa de Farias; Waldemar Cardoso Teixeira; Simião Alves de Almeida; Waldemar Ferreira Fidalgo; Simião Fernandes; Waldemar Marcelino dos Santos; Simplício Vieira de Lara; Waldemar Martins de Almeida; Teodoro Francisco Ribeiro; Waldemar Rodrigues; Teodoro Sativa; Waldemar Rosendo Medeiros; Teonilo de Souza; Waldir Pequeno de Mello; Thomaz Antonio Machado; Walmir Ernesto Holder; Toríbio da Silva; Walter Pereira de Souza; Ulpiano dos Santos; Wenceslau Firmino; Rubens Leite; Wenceslau Spencerski; Sanção Alves dos Santos; Wilson Abel de Oliveira; Vasco Teixeira da Silva; Wilson Ramos; Virgílio Lúcio; Wilson Ribeiro Bonfim; Vicente Batista; Wilson Viana Barbosa.

“Na bravura e heroísmo destes Soldados brasileiros, o reconhecimento de homens livres no berço esplêndido da paz; na Pátria brasileira, o tremular do pendão auri-verde, sempre no alto, eleva os feitos de homens que no sacrifício da própria vida, deram-nos exemplos de amor ao Brasil.”

Refrão para incorporação e desincorporação da Bandeira Nacional em tropa formada.

Hino à Bandeira

*Salve, lindo pendão da esperança!
Salve, símbolo augusto da paz,
tua nobre presença lembrança
A grandeza da Pátria nos traz.*

*Recebe o afeto que se encerra
Em nosso peito varonil,
Querido símbolo da terra,
Da amada terra do Brasil!*

Encerramento com Bandeira Nacional em seu devido lugar com respeito e honra.

REQUERIMENTO N° 465

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Guaraqueçaba, pela comemoração, no próximo dia 11/03/09, de seus 464 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Riad Said Zahoui, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Laurival Emilio Silva, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Guaraqueçaba, no próximo dia 11/03/09, estará comemorando mais um aniversário, o qual será comemorado festivamente por sua população.

Assim sendo, transmitimos a todos nossas sinceras e calorosas felicitações pelo transcurso da significativa data.

Temos fé inabalável em que as nossas forças irmanadas venham a servir de arcabouço permanente para o progresso e bem-estar crescente da população. Não se trata de um simples sonho, mas da consciente opção pelas soluções em favor de todos que se fundam na tolerância, no respeito mútuo, em concessões recíprocas, em transações honrosas, preservados e mantidos os valores fundamentais da ética e da democracia.

Bem sabemos que o compromisso da atual administração é trabalhar para fazer cumprir o seu papel gestor, garantindo o desenvolvimento do Município, o bem-estar e a qualidade de vida do seu povo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se às manifestações de júbilo de toda a população pela comemoração de seus 464 anos.

REQUERIMENTO N° 466

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, para que fique registrado para a posteridade, voto de congratulações e aplausos, à Diocese de União da Vitória, que completará no próximo dia 06 de março, 32 anos de sua instalação e posse do primeiro Bispo Diocesano Dom Walter Michael Ebejer.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à S. Exa. Revmo., Dom João Bosco Borbosa de Souza atual Bispo Diocesano, bem como à Dom Walter Michael Ebejer, Bispo Diocesano Emérito.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 06/03/77, foi instalada em União da Vitória, a Diocese, é a tomada de posse do primeiro Bispo Diocesano Dom Walter Michel Ebejer.

Não há palavras que traduzem a alegria e a satisfação da população de União da Vitória, naquele dia muito feliz em que foi instalada a Diocese.

Instalar a Diocese onde a população encontra socorro e alívio que nos afigura uma realização de tal monta que nos há de ser com frases econômicas que haveremos de louvor aquelas que com tanto desvelo conseguiram levar a cabo tão meritório cumprimentos, como a Diocese de União da Vitória. Seus nomes ficarão gravados no coração da população, com estilete da gratidão imorredoura. Deus lhe dá de levar em conta tão nobre ação.

Não só do pão material vive a população, mas por igual do pão e do espírito. União a religião e o meio da população entrar em contato com Deus, daí nascendo as relações que caracterizam o comportamento do ente criado com o ser criador.

A história da humanidade é a história da própria religião. Em todos os tempos o homem reverenciou o ser supremo e, sem essa crença, que seria de nós num ser supremo bem justo? Sem uma religião como a nossa, que estabelecesse deveres e obrigações morais, como poderia existir virtude e respeito entre a população.

Bem compreendemos que árduo é o sacerdócio e de quanto sacrifícios e incompreensões e a vida da semeada. Nosso Senhor, porém, que deu o núnus divino, proporcionou também a coragem para suportar os percalços inerentes ao apostolado dos Exmos. Revmos. Srs. Bispos.

REQUERIMENTO N° 467

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, para que fique registrado para posteridade nos Anais da Casa, voto de congratulações e aplausos ao jornal Diário Popular, pela passagem de seus 46 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao jornalista Dr. Abdo Aref Kudri, Presidente e fundador do jornal, para que receba e transmita aos demais Diretores, jornalistas e auxiliares.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Exatamente hoje, o jornal Diário do Paraná, está completando 46 anos de fundação.

Fundar um jornal é instalar um farol.

Com efeito, qual é o destino do farol? Alertar sobre o perigo o navio que singra os mares, ou mostra-lhe a rota a seguir. Assim o jornal Diário Popular, mostra à população os perigos que o ameaçam, ao mesmo tempo em que aconselha na orientação a seguir.

Grande é, pois a responsabilidade que o jornal assume perante o público. Alavanca de opinião deve o jornal cercar-se de cuidados, para que a opinião pessoal de seus redatores não venha a influir de um modo maléfico sobre o leitor.

O Diário Popular é o farol a espantar as trevas e é a alavanca a impulsionar o progresso.

Em 1951, durante os dias 15 à 22 de maio, o Dr. Abdo Aref Kudri, participou efusivamente com sua responsabilidade e simpatia, do terceiro Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros na Cidade de São Lourenço, em Minas Gerais, promovido pela Associação Brasileira dos Municípios (A.B.M, onde participaram quase todos os Governadores, Prefeitos, Vereadores e outras autoridades de todo o Brasil, inclusive com a honrosa presença do saudoso Presidente Getúlio Vargas.

Que todos os Diretores, jornalistas e auxiliares do jornal Diário Popular, se inspirem no Dr. Abdo Aref Kudri, são os desejos do Deputado Antonio Anibelli.

REQUERIMENTO Nº 478

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Diretor Abdo Aref Kudri enviando-lhes voto de congratulações, em razão da comemoração do aniversário de veículo de comunicação.

O trabalho sério realizado pelo jornal Diário Popular e a confiança da população curitibana, conquistada ao longo dos anos, merece o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 485

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de congratulações pelos 46 anos de fundação do jornal Diário Popular REQUER também que estes votos sejam extensivos ao Sr. Abdo Aref Kudri, seu Diretor-Presidente.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 452

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Paraná, e ao Sr. Ricardo Gomide, da Paraná Esportes, para que sejam tomadas providências no sentido de reforma de duas quadras de esportes, sendo uma poliesportiva e outra de areia.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Município de Marquinho necessita da reforma de duas quadras de esportes, de forma que haja maior integração entre os membros desta comunidade.

Na quadra poliesportiva, se faz necessário recursos para revestir o piso com material emborrachado de 4mm, sendo sua metragem de 20x38m. Ainda requer reforma da cobertura, iluminação, bem como, banheiros, vestiários e pintura do ginásio de esportes como um todo.

Na quadra de areia, são necessários à aquisição de areia, alambrado e iluminação, sendo sua medida de 22x35m.

Estas quadras estão localizadas no Ginásio de Esportes João Carlos Baptistel.

Eis que fazemos este apelo para que os moradores daquele Município e região possam usufruir deste benefício, visando a qualidade de vida, esporte e lazer.

REQUERIMENTO Nº 453

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Paraná, e ao Sr. Ricardo Gomide, da Paraná Esportes, para que sejam tomadas providências no sentido de reforma do parque de eventos que se encontra no Centro Municipal de Eventos.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Município de Marquinho necessita da reforma do Parque de Eventos, que se encontra no Centro Municipal de Eventos.

Este parque necessita das seguintes melhorias: areia para pista de laço, que mede 158x35m, colocando uma quantidade que fique dentro 12 a 15cm de altura do chão; banheiros; iluminação, água potável; pista de leilão - parque de arremate.

Eis que fazemos este apelo para que os moradores daquele Município e região possam usufruir deste benefício, visando o entretenimento e o lazer.

REQUERIMENTO Nº 454

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Paraná, e ao Sr. Ricardo Gomide, da Paraná Esportes, para que sejam tomadas providências no sentido de reforma e construção de um mini-estádio, no Centro Municipal de Eventos no Município de Marquinho.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Município de Marquinho necessita da reforma e construção de um mini-estádio Ivo Joseph no Centro Municipal de Eventos.

Para reforma e construção do mini-estádio é necessário a aquisição de iluminação e de uma arquibancada.

Eis que fazemos este apelo para que os moradores daquele Município e região possam usufruir deste benefício, visando o entretenimento, esporte e lazer.

REQUERIMENTO Nº 455

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Paraná, e ao Sr. Ricardo Gomide, da Paraná Esportes, para que sejam tomadas providências no sentido de aquisição de materiais para o Ginásio de Esportes João Carlos Baptistel do Município de Marquinho.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Ginásio do Município de Marquinho necessita da aquisição de materiais esportivos, de ginástica e de avaliação física para que os membros desta comunidade possam usufruir do Ginásio com melhor qualidade.

Para a aquisição de materiais esportivos são necessários: 60 bolas de futsal feminino, masculino e juvenil; sendo 20 bolas para cada modalidade; 20 bolas de futebol de campo; 15 bolas de voleibol - Penalty 3 mil e 600; 10 bolas de voleibol de areia; 10 bolas de basquetebol; 40 bolas de handebol feminino e masculino, sendo 20 bolas para cada modalidade; 02 pares de redes para traves de futsal; 02 pares de redes para traves de futebol de campo; 03 redes de voleibol; 02 armários grandes, para guardarmos os materiais;

Para a aquisição de materiais de ginástica são necessários: 15 colchonetes; 15 steps; 05 halteres de 1 kg; 05 halteres de 2 kg; 05 halteres de 3 kg; 15 bastões, 05 caneleiras de 1 kg; 05 caneleiras de 2 kg; 05 caneleiras de 3 kg; 01 equipamento de som.

Para aquisição de materiais para avaliação física dos atletas são necessários: 01 adipômetro; 01 balança; 03 trenas; 01 medidor de pressão; 01 estetoscópio; 03 frequencímetros.

Eis que fazemos este apelo para que os moradores daquele Município e região possam usufruir deste benefício, visando a qualidade de vida, esporte e lazer.

REQUERIMENTO Nº 456

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Paraná, e ao Sr. Ricardo

Gomide, da Paraná Esportes, para que sejam tomadas providências no sentido de construir duas pistas de bocha cobertas, com arquibancada.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Município de Marquinho necessita da construção de duas pistas de bocha, de forma que haja maior integração entre os membros desta comunidade.

Estas pistas deverão ser cobertas, sendo uma de areia e outra de acrílico, com medidas de 4x24m, cada uma, com arquibancada. Situada ao lado do Ginásio de Esportes João Carlos Baptistel.

Junto à construção destas pistas, ainda requer que sejam feitas as seguintes aquisições: lanchonete, cozinha, churrasqueiras, espaço para mesas cobertas. E ainda, mesas e cadeiras de concreto com tabuleiros de xadrez ao ar livre.

Eis que fazemos este apelo para que os moradores daquele Município e região possam usufruir deste benefício, visando a qualidade de vida, esporte e lazer.

REQUERIMENTO Nº 458

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Jaci Prado de Oliveira, localizado no Município de Almirante Tamandaré nas proximidades do terminal de ônibus e do Mercado Vera Cruz, que pedem policiamento ostensivo no horário da saída das aulas devido a existência de pessoas estranhas que ficam rondando o colégio. Tem um homem de cor clara, com um carro preto da Fiat, de placa não identificável, que fica constantemente nas proximidades do colégio e nas ruas do bairro Jardim Monte Santo causando muita apreensão nos alunos e seus pais, bem como toda a comunidade. Face o exposto, solicitamos urgência no atendimento da presente solicitação.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 459

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Município de Colombo, que pedem policiamento ostensivo na Estrada da Ribeira, em frente ao Colégio Estadual Antonio Lacerda Braga. À noite o local é muito perigoso e não há segurança para os alunos e moradores, motivo pelo qual solicitam urgência no atendimento da presente solicitação.

Sala das Sessões, em 03/03/09.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 460

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER, no sentido de atender o pedido do Sr. Celso Bueno, que solicita uma fiscalização na linha de ônibus que faz o trajeto Lapa/Araucária/Curitiba. Ocorre que ele tem parentes que residem no Município da Lapa e trabalham no Município de Araucária, utilizam o ônibus que faz esse trajeto e afirmam que os mesmos trafegam com muitos passageiros em pé e que não há cinto de segurança, favorecendo o risco de acidentes.

Sala das Sessões, em 03/03/09.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 461

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido do Sr. Ivan Expedito Rosa da Silva, que pede a conclusão das obras de implantação de rede coletora de esgoto na rua em que reside. Ele foi informado que o projeto de implantação foi feito até a metade dessa rua, mas não lhe informaram qual o motivo da outra metade da rua não receber o benefício. Todos os moradores dessa rua sofrem pela falta da rede de esgoto e querem uma explicação, motivo pelo qual o Sr. Ivan solicita uma resposta, bem como a implantação da rede em toda a rua.

Sala das Sessões, em 03/03/09.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 474

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretario de Estado da Segurança Pública, para informar os seguintes questionamentos:

Qual o valor da compra das pistolas semi-automáticas ponto 40 pelo Governo do Estado?

Quantas pistolas ponto 40 foram compradas?

Quantas pistolas semi-automáticas ponto 40 foram repassadas para a Polícia Militar?

Quais são os Batalhões da Polícia Militar que já receberam as pistolas?

Sala das Sessões, em 03/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 475

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações para a Sra. Lygia Lumina Pupatto - Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino superior, para informar os seguintes questionamentos:

Qual o valor arrecadado com as inscrições nos vestibulares em 2007, 2008 e 2009 pelas universidades do Paraná?

Quais são os serviços efetuados pelas universidades do Paraná com os valores oriundos das referidas inscrições dos vestibulares?

Sala das Sessões, em 03/03/09.
(a) MARCELO RANGEL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 054/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública: Associação Reboucense de Integração e Reabilitação Humana - AREBI, com sede no Município de Rebouças/PR.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/03/09.
(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A AREBI foi criada no ano de 2001 com o propósito de oferecer assistência para tratamento e recuperação de dependentes do álcool e de drogas. Trata-se de Associação formada por pessoas abnegadas que direcionam boa parte de seu tempo na direção da Associação visando o trabalho de recondução ao convívio familiar dos usuários de drogas e bebidas alcoólicas. No ano de 2008 foram efetuados 47 atendimentos, sendo os pacientes encaminhados para consultas, reconsultas, internamento e demais ações provenientes do que se propõe a Associação.

PROJETO DE LEI N° 055/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° É direito de o consumidor saber, antes, durante a negociação e depois da compra, o valor dos impostos embutidos no preço do produto ou do serviço.

§ 1° A divulgação dos preços deve ser feita de forma destacada e acessível, permitindo que o consumidor diferencie imediatamente o valor do produto do valor dos impostos embutidos no preço final.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se a toda e qualquer exposição pública para a venda, inclusive em vitrines e similares.

§ 3º O disposto neste artigo é inaplicável à propaganda comercial, que deve observar a legislação federal pertinente.

§ 4º Esta lei somente é aplicável às empresas que se enquadrem no conceito de fornecedor, nos termos do artigo 3º da Lei Federal nº 8078, de 11/09/90 - Código de Defesa do Consumidor.

Art. 2º O Poder Executivo pode regulamentar a presente lei e dispensar categorias econômicas de seu cumprimento, quando esse for inviável.

Parágrafo Único. A ausência de regulamentação não impede a eficácia imediata da presente lei.

Art. 3º Qualquer cidadão tem legitimidade para representar ao Ministério ou aos órgãos de defesa do consumidor informando sobre o descumprimento desta lei.

Art. 4º O descumprimento das disposições contidas na presente lei sujeitará ao infrator a multa no montante equivalente a 30 UFP-PR - Unidade Fiscal Padrão do Estado do Paraná.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

É direito fundamental, assegurado no artigo 5º, XXXII da Constituição Federal, a defesa do consumidor. Este direito traz em seu bojo o dever do Estado de promover medidas eficazes para proteger o consumidor de condutas arbitrárias e excessivas por parte dos fornecedores, evitando que, no seu estado de hipossuficiência, seja prejudicado nas relações de consumo, haja vista que nesta esfera, consumidor e fornecedor encontram-se em situações desiguais. O artigo 150 da Constituição Federal estabelece as limitações ao poder de tributar, fixando balizas que resguardam os valores por ela próprios reputados relevantes, especialmente os direitos e garantias individuais.

Tais limitações evitam que o Estado, na sua função tributante, sobreponha-se aos direitos fundamentais assegurados ao cidadão. Neste âmbito, o parágrafo quinto do referido artigo dispõe: que "A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que indicam sobre mercadorias e serviços." A norma é clara e visa promover a eficácia do direito fundamental assegurado no artigo 5º, XXXII da Carta Constitucional. Vislumbra-se, neste sentido, a inteira pertinência do projeto de lei apresentado com os ditames da carta maior. Ainda que se queira suscitar a dificuldade inicial do cumprimento de suas determinações por parte dos fornecedores, especialmente das micro e pequenas

empresas, insta salientar que todo o procedimento que visa instituir melhorias a qualquer classe da sociedade, a qualquer setor da economia, enfrenta os entraves iniciais de sua aplicação. Todavia, inviável se torna deixar de implementar medidas condizentes com a democracia e a defesa do cidadão, em razão de aparentes dificuldades iniciais. É direito do consumidor, assegurado constitucionalmente, ter ciência do valor dos impostos incidentes sobre os bens e produtos que adquire e pretende adquirir, de forma que, sendo um direito fundamental, sua realização deve ser plena.

Esta medida, inclusive, foi imposta nos Países europeus a partir de 1984, e atualmente a maioria dos Países da Europa, e ainda da América do Norte aplicam o procedimento. Nestes países, ao pagar o produto, o consumidor tem a ciência do valor que está pagando a título de impostos, e conscientiza os cidadãos da carga tributária que onera os produtos e serviços. É notória a excessiva carga tributária suportada pelos empresários e comerciantes individuais do Brasil. Os consumidores questionam e se opõem aos preços dos produtos, mas não tem qualquer informação sobre o montante de tributos inseridos no valor cobrado. Há tributos de todas as espécies, dentre as quais impostos e contribuições que incidem direta ou indiretamente no valor dos bens comercializados, e correspondem em torno de 35% a 60% do valor dos bens comercializados. A Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada constituindo um estado Democrático de Direito, que tem como fundamento promover a cidadania. A cidadania, em sentido amplo, é o direito do indivíduo de ver assegurado o pleno gozo dos direitos previstos na Carta Constitucional, independentemente dos meios que o Estado deverá utilizar-se para satisfação destes direitos. O Estado Democrático de Direito caracteriza-se pela manifestação da vontade do povo no exercício da política nacional, através da escolha de seus representantes. Entretanto, para que haja a efetiva democracia participativa, imprescindível que os cidadãos sejam esclarecidos das medidas políticas implantadas por seus representantes, inclusive a carga tributária estabelecida. Sem o conhecimento das reais consequências das políticas estabelecidas pelos seus representantes, a democracia não é realizada, eis que não há uma manifestação de vontade consciente. É dever do Estado, portanto, assegurar o exercício dos direitos e garantias fundamentais dos indivíduos, para resguardar o exercício da cidadania, destacando-se, dentre essas garantias, o direito de ter ciência dos impostos embutidos no preço pago pelos bens adquiridos. A princípio, o texto do projeto de lei sugere o destaque dos impostos que diretamente incidam sobre a comercialização de produtos e serviços, os quais atualmente são o Imposto sobre Produto Industrializado - IPI, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Telecomunicação e Transporte - ICMS, Imposto sobre Serviços - ISS. Certamente, o destaque de apenas estas três modalidades de tributos não esclarecerão a total carga tributária suportada; todavia,

alertarão os consumidores das causas que justificam o aumento dos preços. Algumas ponderações, todavia, se fazem oportunas. Mister destacar que a figura do “impostos” constitui-se uma “espécie”, que integram o gênero “tributo”. O tributo é toda a prestação pecuniária compulsória, decorrente de lei, que não constituía sanção de ato ilícito, cobrada mediante atividade administrativa vinculada, como definido no artigo 3º do Código Tributário Nacional. Em consequência, incidem sobre produtos e serviços comercializados, não apenas “impostos”, mas também demais espécies tributárias, como “taxas” e “contribuições”. O projeto de lei apresentado sugere o destaque dos “impostos” incidentes diretamente sobre os produtos e serviços, os quais atualmente são o IPI, o ICMS e o ISS. Cremos que, inicialmente, a medida se torna viável, para que os fornecedores, produtores, comerciantes e toda a classe correspondente, possam adequar-se as medidas estabelecidas pela lei. Conduto entendemos que, para que os objetivos da medida sejam realmente alcançados, necessário se faz emendar os termos do projeto para que, após transcorrido determinado lapso temporal, seja estabelecido o destaque também dos demais tributos que incidem diretamente sobre a comercialização de bens, principalmente o PIS e a COFINS, e ainda a CIDE, sobre os produtos e operações correspondentes a sua incidência. Entendemos ainda que, tratando-se de medida que visa assegurar o exercício de um direito fundamental dos indivíduos, desnecessário excluir da exigência as micros e pequenas empresas, uma vez que tais categorias revestem a maior parte das empresas que abrigam a etapa final da comercialização de produtos e serviços, devendo, por conseguinte, sujeitar-se igualmente a norma em questão. Diante do exposto, peço aos nobres colegas a aprovação desse projeto.

PROJETO DE LEI Nº 056/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR proibida a interromper o fornecimento de seus serviços de água e esgoto aos consumidores, nos casos de não pagamento de faturas que contenham cobrança de taxas municipais ou outras provenientes de contrato de prestação de serviços ou convênios havidos entre a SANEPAR e terceiros, que não foram formalmente e antecipadamente autorizados pelos consumidores.

Parágrafo Único. O consumidor que não desejar a cobrança de outros serviços, conjuntamente com a fatura de água e esgoto, poderá requerer a exclusão, a qualquer tempo, dos encargos provenientes dos mesmos, inclusive dos encargos eventualmente já lançados, sendo facultado ao consumidor efetuar somente o pagamento dos valores de água e esgoto, ficando a cargo dos municípios ou terceiros a cobrança de outros serviços, através de outros meios.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

A vida é o bem mais relevante de nossa existência e para prover a vida, necessitamos de outros bens que lhe dá sustentação vital, dentre eles, o mais importante, sem o qual nada se desenvolve. Estamos falando da água e de condições sanitárias de sobrevivência.

É um bem fundamental e básico, sendo que o Estado tem a obrigação de fazer chegar a cada lar, a cada cidadão paranaense, este líquido precioso.

Então o Estado transforma o cidadão em consumidor e lhe dá direitos, direitos de consumidor, e lhe impõe a taxa pelo consumo daquilo que a natureza gratuitamente lhe fornece. É claro que existe um custo para a manutenção do sistema de distribuição da água, a fim de que ela alcance a todos, pois isto é de interesse público e tende ao bem comum, mesmo que alguns entendam que tais custos já estão intrínsecos nos impostos arrecadados pelo Estado para atender as necessidades básicas do povo.

Mas a “taxa” legalmente persiste, e a sua cobrança, já há algum tempo, começou a ser alvo de outros entes e instituições, visto como meio de cobrança rápida, fácil e segura do recebimento de valores.

Municípios então querem cobrar a coleta de lixo, que é, na maioria das vezes, realizado por empresas terceirizadas, através da cobrança da água. Instituições filantrópicas querem suas doações, aproveitando-se da água, e logo adiante os “Disk Pizza” também poderão cobrar suas contas através da cobrança da água, com a segurança de que todos devem pagar a conta, pois caso deixem de pagar, morrem de sede.

Pois bem, a fim de disciplinar esta questão, em respeito ao direito do consumidor, o Poder Público intervêm para regulamentar, colocando para decisão dos consumidores o que deve ou não ser cobrado através das contas de água e esgoto. Somente será cobrado através das faturas de água e esgoto da SANEPAR o que o consumidor autorizar.

Neste sentido, conclamo todos os nobres Pares desta Casa de Leis, para que proclamarem o devido apoio a proposta de Lei que ora apresentamos, por tratar-se de matéria justa e oportuna, não se permitindo que um bem fundamental a existência de cada um, seja transformado em um instrumento comercial.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente ao Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que nos traz nesta tribuna é algo muito importante para a Educação do Estado do Paraná, especialmente para nossos estudantes de ensino médio. Há uma defasagem, há uma falta de vagas nas nossas escolas estaduais de ensino médio, fazendo com que vários estudantes, ainda adolescentes, tenham que frequentar a escola no período noturno, contra a vontade dos pais, contra a vontade das professoras, dos professores e dos estudantes.

Isto se verifica na Capital, mais de 200 estudantes que poderiam estar na escola estão faltando às aulas neste ano, porque estão faltando vagas no período diurno. E também se verifica na Região Metropolitana de Curitiba. São José dos Pinhais, estive lá na semana passada, há uma reclamação geral por falta de vagas no ensino médio diurno. E também se verifica nas outras Regiões Metropolitanas do Paraná, como Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, nas médias e grandes Cidades o Paraná. Estamos com necessidade de abrir vagas para que nossas crianças, eu chamo de crianças, porque adolescentes com 14 anos precisam estudar no período diurno.

Ontem, tivemos a aprovação de um requerimento de minha autoria, aprovado por unanimidade pelos Srs. Deputados, dirigindo ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação do Estado do Paraná, professora Yvelise Arco-verde. Quero, também, neste espaço pedir o apoio dos demais companheiros, Deputadas e Deputados, da imprensa que está denunciando esta falta de vagas, que isto possa ser intensificado. Quero convidar cada pai e cada mãe do Estado do Paraná, cujo filho encontra-se fora da escola porque não pode estudar à noite, tem que estudar no período diurno, que procure o Núcleo de Educação, procure a Secretaria da Educação, que nos procure, que procure nosso sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Paraná, a APP- Sindicato, procure a Federação de Pais, Mães e Professores do Paraná, para que possamos ter garantida a matrícula, garantido o acesso dos nossos adolescentes ao ensino médio.

No Brasil temos 70% da faixa etária que vai de 15 a 24 anos - idade que deveria frequentar ou já ter passado pelo ensino médio - fora da escola. O Paraná chega a atender 46% da demanda, e se no Brasil é 30%, o Paraná atende um pouco mais, atende 46% dessa demanda. Mas é muito pouco! Não atendemos nem a metade da demanda para o ensino médio, e com isso se verifica agora uma necessidade de abrir mais escolas, de fazer mais salas de aula, e com urgência.

Então, estamos fazendo esse apelo e convidando toda a sociedade paranaense para também fazer essa cobrança. Precisamos ter vagas no diurno para que as nossas crianças, os nossos adolescentes possam frequentar o ensino médio no Paraná no diurno, escolhendo o turno que possam frequentar. O que não podemos aceitar é esses estudantes fora da escola. Isso é um desastre!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Artagão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e amigos da imprensa.

Mais uma vez subimos à tribuna desta Casa, abordamos assuntos de interesse do nosso Estado e em especial da região que representamos. Antes de mais nada, quero cumprimentar a comitiva de Grandes Rios que nos visita nesta tarde, os Vereadores e lideranças. É uma satisfação recebê-los!

Dizer que temos, Sr. Presidente, em especial dois assuntos para tratarmos nesta tarde. O primeiro é que estamos, por determinação de V. Exa., destinados e incumbidos de representar esta Casa de Leis no encontro da UNALE, que estará acontecendo a partir de amanhã, e justamente nesse encontro, que estará sendo promovido nas Regiões Norte e Nordeste, estaremos iniciando os preparativos para o encontro que teremos aqui na nossa Assembleia Legislativa nos dias 27 e 28 deste mês. Portanto, nos dias 27 e 28 de março a UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, estará promovendo aqui, nas estruturas da nossa Casa de Leis, um encontro das Regiões Sul e Sudeste do nosso País, das Assembleias Legislativas do Sul e Sudeste, onde estaremos discutindo temas importantes, como é o da crise.

Teremos palestrantes de renome nacional e até internacional, convites foram externados inclusive a Ministros, e estamos aguardando a confirmação desses para que possamos, automaticamente, transmitir essa informação aos demais Parlamentares de nossa Casa, a fim de que possamos nos programar. O Presidente Nelson Justus está extremamente incumbido na promoção desse encontro em parceria com a UNALE, e tenho certeza que as forças da Assembleia Legislativa do Paraná, com a UNALE, e principalmente com a presença de palestrantes de renome, de Ministérios, de economistas, de pessoas especializadas nesse assunto abordando esse tema de interesse nacional, que é a crise que afeta não somente o Estado do Paraná, mas o Brasil e o mundo, será um assunto que promoverá o interesse de todos os Parlamentares da nossa Assembleia, como também das Regiões Sul e Sudeste.

Portanto, a partir de amanhã, estaremos acompanhando esse encontro nas Regiões Norte e Nordeste, justamente já iniciando os preparativos, Deputado Carlos Simões, para o encontro que será realizado aqui na nossa Assembleia, nos dias 27 e 28 de março, promovendo portanto o encontro de todas as Assembleias das Regiões Sul e Sudeste.

Bom, evidentemente que eu quero desde já convidar os Parlamentares para que participem desta programação que está sendo feita, naturalmente direcionada a todos nós, uma vez que é promovida pela nossa entidade, pela União Nacional dos Legislativos Estaduais.

E o segundo assunto, Deputado Dobrandino, é que estaremos na próxima semana, possivelmente no dia 12 ou 13, em nome do Governador Roberto Requião e possivelmente na companhia do nosso Vice-Governador Orlando Pessuti, entregando a ordem de serviço da recuperação, ou alguns poderiam até dizer da reconstrução da rodovia que liga o Município de Palmital a Laranjal. É a única rodovia de acesso, que está completamente destruída, dificultando muito o desenvolvimento do Município de Laranjal de forma especial. Eu mesmo, enquanto Parlamentar, em uma das viagens que realizava ao Município de Laranjal, sofri um acidente, capotei com o meu veículo nessa estrada em função do perigo e da falta de sinalização. E é um motivo de muita alegria poder anunciar a esta Casa que, com a ajuda do nosso Vice-Governador, que por muitos anos foi o Deputado daquela região, que representou os Municípios de Palmital e Laranjal, inclusive responsável pela emancipação daquele Município, se não me falha a memória, nos ajudou fundamentalmente para essa conquista.

Estaremos lá, portanto, no próximo dia 12 ou 13, para entregarmos à comunidade e à empreiteira, em nome do Governo do Estado, a ordem de serviço para a recuperação definitiva daquela rodovia, que sem dúvida alguma não só evitará acidentes, não só preservará as vidas, mas principalmente será um instrumento essencial e fundamental para o desenvolvimento dos Municípios daquela região. Portanto, com muita alegria fazemos esse comunicado aqui, desde já convidamos a todos os Parlamentares que representem aquela região para que possamos estar juntos comemorando essa grande conquista do nosso Governado, da nossa população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Augustinho Zucchi, Deputado Jonas, Deputado Nishimori, colegas Deputados, Deputadas, comitê de imprensa, visitantes, em especial a quem, nos mais diferentes Municípios do Paraná, nos dão a honra de acompanhar e fiscalizar, através da TV MERCOSUL e da TV SINAL, os trabalhos desta Casa de Leis, que é a Casa do povo. Porque cada um de nós está aqui pela graça de Deus e pelo abençoado voto do nosso povo. Não somos absolutamente nada, ninguém, se não tivermos nas urnas o respaldo, a solidariedade, o calor humano e o voto tão importante do nosso povo. E por isso temos que fazer o melhor por essa gente que nós todos representamos.

Ouvimos há pouco o Professor Lemos falando aqui sobre a falta de vaga no período diurno para o ensino médio. Parabéns, Professor, V. Exa. está brilhando, está honrando o mandato que o povo lhe confiou. Concorde plenamente com V. Exa.

Num Estado rico como o Paraná, faltando vagas no ensino médio durante o dia, e com essa onda de violência, estão até matando dentro da própria escola, tem pai que não vai deixar o filho sair de casa para voltar às 11h da noite, dependendo da distância da escola com a casa do aluno.

Por que estão faltando vagas? Negligência das autoridades.

Quero aproveitar este momento para mostrar ao Paraná que parece que as nossas autoridades não estão nem aí com o povo. Pegam o voto e viram as costas para o povo! Coitado do povo!

Deve ser por isso que a cada eleição aumenta o número de votos em branco e votos nulos, porque a decepção é muito grande com determinadas autoridades que falam tão bonito no rádio, na TV, nos debates, na campanha eleitoral e quando bota o bumbum na poltrona do gabinete, com ar-condicionado, se apega tanto ao poder que esquece do povo. Só vai lembrar do povo na próxima eleição, para pedir o voto novamente.

Está acontecendo um retrocesso! O povo está sendo mal atendido nas repartições públicas aqui do Paraná. Não vou nem falar em termos de Brasil. E não é por culpa dos atuais servidores, não. De um modo geral o funcionalismo público merece nosso aplauso, nosso respeito, nossa admiração.

Por que o povo está sendo mal atendido? Está aqui no jornal: “Fala de vagas no ensino médio”, por relaxo, absolutamente relaxo das autoridades que estão cuidando mal da Educação do nosso Estado.

A imprensa está mostrando, permanentemente, filas enormes aqui no Paraná. Pessoas precisando urgente de um documento tendo que ir à Receita Federal e leva 10, 15 dias para fornecerem um documento. Se tivesse mais funcionários poderia ser fornecido na hora, sem burocracia.

Qual é o remédio? O Presidente Lula e o Secretário da Receita Federal deveriam autorizar, com urgência, concurso para contratar mais funcionários para a Receita Federal do Brasil inteiro, em especial a do Paraná. Para acabar com a fila da vergonha!

É só a Receita Federal que está mal? É só o ensino médio que não tem vaga? Não, a coisa é mais grave.

Estou aqui com o jornal Folha de Londrina: “Motorista tem que esperar quatro meses para fazer a primeira habilitação”. Esse problema da clínica, vai resolver em parte o problema, o DETRAN. A pessoa ainda vai continuar indo e voltando.

Qual é o caminho? É o DETRAN ter novas sedes, ter instalações mais amplas e, igualmente, ter mais funcionários disponíveis para acabar esse aborrecimento com o nosso povo.

Mas será que é só na Receita Federal o problema da falta de funcionários? Será que é só no DETRAN o problema da falta de funcionários? Ah, tem o Instituto de Identificação. Que vergonha num Estado como o nosso, o Paraná, em Cidades do interior, pessoas tendo que dormir na porta do Instituto de Identificação para requerer o RG, porque sem o RG não é cidadão. Ele pode ser preso em qualquer lugar por falta de documento. A pessoa não consegue viajar para canto nenhum sem o RG, na nossa ótica, RG é outro documento que deveria ser fornecido na hora, no dia, nada de ter que esperar vários meses para ficar pronto o documento. Qual é o problema? É o mesmo do DETRAN: faltam instalações mais adequadas, faltam mais funcionários no Instituto de Identificação e falta, acima de tudo, respeito das nossas autoridades. Esse respeito é do Governador, é do Secretário, é do diretor do órgão, é de todo mundo. É uma total falta de consideração, uma falta de respeito com o contribuinte.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Aí vem aquela pergunta: será que o problema é só a falta de vagas na escola? Será que o problema é só fila na Receita Federal? É só no Instituto de Identificação? É só no DETRAN? Tem o Instituto Médico Legal também. Imaginem os senhores, nem é bom pensar, que coisa triste, chocante, um pai que tem seu filho no calor da mocidade, com toda saúde, de repente receber a notícia que o filho foi vítima de um assalto, ou foi vítima de um acidente de trânsito, que o corpo foi levado para o Instituto Médico Legal. Além da máfia das funerárias que a imprensa tem denunciado, estão praticando comércio ilícito e imoral até com os defuntos, até com os cadáveres! Mas, não é só isso, a família chocada, traumatizada, chorando, derramamento lágrimas, às vezes mães, pais em desespero, familiares em desespero pela morte daquela pessoa tão querida, ficam ao Deus dará, porque sabe quando que o Instituto Médico Legal vai fazer a autópsia para poder liberar o corpo, procedimento que pode levar até 48 ou 24 horas? às vezes, até uma semana! Imagine para quem perdeu um parente não poder se despedir, ficar no aguardo porque falta médico, faltam funcionários. Tem Instituto Médico Legal no Paraná que afronta com essa postura, com a grandeza que é o nosso Paraná.

Agora, alguém poderá dizer: “Ah, mas o Belinati está errado. É que o Paraná cresceu muito aumentou os defuntos no Instituto Médico Legal; aumentou muito a quantidade de pessoas que precisam do RG; de atendimento na Receita Federal; que precisam tirar a primeira habilitação ou renovar a carteira de motorista; aumentou muito o número de jovens que precisam estudar, no Paraná”. Sim, aumentou, mas aumentou também o dinheiro no caixa do Governo. Aumentou e muito. O Governo está tendo uma super e grandiosa arrecadação! Então não vem com essa lorota, com essa “conversa para boi dormir” de

que tudo está acontecendo porque aumentou a população do Paraná. Está aumentando a população, mas em igual proporção ou até muito mais está aumentando a arrecadação do Governo do nosso Estado do Paraná.

Receita Federal não é com esta Casa, mas no tocante aos órgãos estaduais, Presidente Augustinho Zucchi, eu fico imaginando: será que o povo não vai debitar para mim e para todos nós esse mau atendimento nas repartições públicas? Nós somos Deputados para fiscalizar o Governo, para apontar ao Governo o que está errado, ou até elogiar o que está certo.

Nesses dois anos que estou aqui como Deputado, até agora não vi nenhum procedimento desta Casa para ir levantar *Inloco* a situação do DETRAN, do Instituto Médico Legal, do Instituto de Identificação, da parte das escolas, onde não tem vaga para as crianças ou para os adolescentes estudarem. Então, esse é um ponto negativo, sim, de todos nós. É um ponto negativo desta Casa de Leis.

Aqui o Governo tem a grande maioria que apoia, que dá sustentação ao Governador Roberto Requião. Mas, muitas vezes é até uma grande colaboração, uma medida construtiva, ainda que o Deputado seja aliado ao Governador Requião, ter a coragem de chegar e dizer: “Governador Requião, precisa melhorar o atendimento no Instituto Médico Legal, precisa colocar mais médicos, mais funcionários. Precisa melhorar o Instituto de Identificação. Precisa melhorar o DETRAN. Precisa contratar mais professores, mais merendeiras, mais funcionários, construir mais escolas para que as nossas crianças e os nossos adolescentes não fiquem sem estudar”. Caso contrário, nós vamos ser, sim, condenados pela opinião pública. E no momento em que batermos à porta do eleitor para pedir novamente o voto, o eleitor poderá bater a porta na nossa cara e com razão, porque lamentavelmente esta Casa falha no tocante ao apoio que o povo precisa e tem direito, que e a melhoria que tem que ser feita com urgência no DETRAN, no Instituto Médico Legal, no Instituto de Identificação e também na rede de escolas do Governo do Estado, aqui no nosso Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Deputado Augustinho Zucchi; 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães; 2º Secretário, Deputado Luiz Nishimori; Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“O mundo vive hoje uma de suas maiores crises econômicas. Os Estados Unidos, a grande potência da Terra, entrou numa grande crise, levando consigo o resto do mundo. Países desenvolvidos da Europa e de outros continentes também naufragaram em grande dificuldades econômicas.

O Brasil também vive um momento delicado. mas há de se reconhecer que, apesar de perversa, os efeitos desta crise global não são na mesma intensidade que em outros Países.

Por que o Brasil tem um melhor desempenho no enfrentamento da crise do que outros Países?

A nossa economia está, de certa forma, estabilizada e temos reservas cambiais suficientes para nos deixar que as dificuldades sejam tão danosas como em outras partes do planeta.

No entanto, é preciso reconhecer que, o que está efetivamente nos garantindo uma situação menos desconfortável é a agropecuária. O agronegócio vem gerando, ao longo dos anos, uma situação de tranquilidade aos brasileiros, criando novos empregos no campo e nas Cidades e gerando divisas ao nosso País.

É neste contexto que na próxima sexta-feira será aberta mais uma edição da tradicional Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Paranavaí, a ExpoParanavaí, o maior evento do agronegócio regional e também a maior festa popular do extremo Noroeste do Paraná.

Vamos receber no sábado pela manhã, durante a abertura oficial da ExpoParanavaí, a visita do Governador Roberto Requião e do Secretário de Estado da Agricultura, Valter Bianchini, além de outras autoridades. Nossa Cidade se sentiria muito honrada em receber também V. Exas. para conhecer um pouco de nossa riqueza e de nossas potencialidades: Vamos poder ver de perto o que o homem do campo está produzindo e como está produzindo, utilizando novas técnicas de plantio e colheita e melhorando a qualidade genética do nosso rebanho bovino.

Paranavaí, Sras. e Srs. Deputados, tem o segundo maior plantel bovino do Paraná, e boa parte de sua produção destina-se ao mercado externo; a Cidade é pólo da citricultura paranaense, com duas indústrias de suco de laranja, que abastecem os Estados Unidos e a Europa; no setor avícola, destaca-se na produção, abate e exportação; a nossa indústria de farinha e fécula de mandioca é uma das mais modernas do País e abastece o Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Países da Europa. Enfim, somos um grande produtor e ainda temos muito a desenvolver, como na indústria pesqueira, no reflorestamento sustentável através da seringueira, na produção de álcool e açúcar, com as novas áreas canavieiras e ainda no segmento do turismo.

Vamos estar lá para agradecer ao Governador Roberto Requião e ao Secretário Valter Bianchini pelo apoio que estão dando ao homem do campo. Uma das maiores provas disso é que eles estarão entregando mais unidades do Programa Trator Solidário, uma importante ferramenta para a modernização e o aumento da produtividade na agricultura e que mostra a sensibilidade do Governo do Estado para as necessidades do homem do campo.

Senhoras e senhores, a Sociedade Rural do Noroeste do Paraná e a Prefeitura de Paranavaí sentem-se honradas em poder oferecer ao produtor rural e ao homem do

campo esta grande mostra do nosso potencial e ofertar à população esta grande festa. Serão 10 dias em que estaremos colocando na vitrine todo o nosso potencial econômico, inclusive da nossa área industrial já que, junto com a ExpoParanavaí, estará acontecendo mais uma edição da Feira da Indústria do Noroeste do Paraná, a FEINOR, que também recebe apoio do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do MERCOSUL.

Meus companheiros de Assembleia Legislativa, Paranavaí os espera de braços abertos. Venham conhecer um pouco da nossa terra. V. Exas. vão descobrir porquê Paranavaí, que era considerada Cidade Pólo de uma das regiões mais pobres do Estado, está se tornando uma região rica e muito promissora”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o eminente Deputado Péricles de Mello, por cinco minutos.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Participei na manhã de sábado de uma reunião muito importante, na Cidade de Morretes, que reuniu os Prefeitos dos sete Municípios do Litoral paranaense, com exceção do Prefeito de Antonina, que estava viajando, onde foi representado pelo seu Vice-Prefeito; uma grande parte dos Vereadores dessa região, o Ministro Paulo Bernardes, o Deputado Federal Ângelo Vanhoni, o coordenador da Secretaria Especial da Pesca do Paraná, o companheiro Zeca.

Foi uma reunião que tratou dos graves problemas que afligem o Litoral, que foi concluída com grande otimismo, com o compromisso firmado pelo nosso Ministro Paulo Bernardo junto ao Governo Federal, para que uma obra estruturante para a cidade de Matinhos aconteça o mais depressa possível.

Apesar das dificuldades com a crise, o Governo tenta diminuir os investimentos este ano e no ano que vem também. O Ministro garantiu a sua luta junto ao Deputado Federal Ângelo Vanhoni e demais Deputados Federais, para que se consiga realizar a ampliação da orla da praia de Matinhos, uma extensão longa de vários quilômetros, a um custo de mais de R\$ 20 milhões. Também alguns compromissos de ação em favor do Litoral paranaense, como o da regularização fundiária, já que milhares de pessoas vivem no Litoral, nos vários Municípios, em lotes irregulares.

Sabemos que essa questão é muito complexa, que tem que ter vontade política não só do Prefeito, das demais forças políticas de cada Município, organização comunitária das pessoas que moram nos assentamentos irregulares e mais a questão da burocracia que é gravíssima no Brasil,

com relação aos cartórios, a legalidade dos loteamentos urbanos. Há uma sensibilidade muito grande das lideranças do Litoral.

Discutir também a questão porto de Antonina, a possibilidade de um porto em Pontal do Paraná; discutir também a questão de um terminal pesqueiro no Litoral. Uma das Cidades que tem possibilidades, além de Paranaguá, é também Pontal do Paraná, pela sua localização espacial, territorial. Foi um grande movimento, saímos muito contentes.

Ontem à tarde tivemos uma audiência com o Secretário do Meio Ambiente, o Secretário Rasca, e podemos dizer que os pescadores artesanais do Paraná tiveram conquista histórica nessa audiência. Percebi, desde o início deste mandato, pelo meu trabalho, particularmente com relação aos pescadores do Litoral, coisas que conhecia muito pouco, passei a conhecer, tive contato com a realidade, com o dia a dia dos pescadores e das organizações comunitárias. Os pescadores eram quase que invisíveis, a sua voz era muito pouco ouvida no Paraná. Acho que ontem se concluiu um saldo organizacional, um avanço muito forte de afirmação da sua entidade como classe muito específica, que faz parte da identidade mais profunda do povo paranaense do nosso Litoral.

Conseguimos, sensibilizando o Secretário Rasca - quero fazer um elogio ao Secretário - praticamente a revogação da Resolução nº 060/08, a SEMA, que por não ter ouvido adequadamente os pescadores artesanais, feriam os interesses desses pescadores que estavam revoltados com a resolução. Já fiz menção a essa resolução antes do Carnaval, desta tribuna, e ontem tivemos uma solução, acho que por longo prazo, que consegue conciliar a defesa intransigente do meio ambiente, os interesses da pesca esportiva, do turismo e o interesse dos pescadores artesanais. Porque a Resolução nº 060 estabelecia um limite de 100 metros a partir da margem, das próprias ilhas da baía para que pudesse acontecer a pesca, o que inviabilizava completamente a pesca artesanal.

Inclusive conversei com o secretário que lá estava, estavam representadas também a pesca esportiva, setores do turismo, técnicos do IBAMA, técnicos do IAP, também o Secretário da Secretaria Especial da Cultura e Pesca. Os pescadores foram ouvidos, foi longo o debate, mas ao final se chegou a um equilíbrio e um consenso. Desapareceram os 100 metros para a pesca artesanal. Apenas nas ilhas que estão em mar aberto é que vai estabelecer uma distância para a pesca.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

E resolveu-se a questão dessa norma da Secretaria do Meio Ambiente com o compromisso, inclusive, do Secretário chamar o IAP, achar uma solução também para a pesca artesanal na baía de Guaratuba.

O debate foi muito interessante e percebemos que há setores técnicos que, na verdade, acham que a pesca artesanal é uma categoria que pode ser extinta. Aquela visão da modernização linear do capitalismo, como aconteceu na agricultura. Como se pudéssemos, em nome da modernidade, abolir uma categoria como os pequenos agricultores.

No debate apareceu claramente a postura de alguns técnicos que entendiam o seguinte: que a pesca artesanal é um atraso, que o pescador artesanal podia ser extinto porque ele ganharia muito mais dinheiro se fosse pago como guia para a pesca esportiva e para o turismo. Como se essa visão linear fosse verdadeira. Mas, os pescadores reagiram com muita força mostrando a sua identidade, a sua história de vida, características particulares da pesca artesanal. Essa reação foi muito importante, no final chegamos a um consenso com a boa vontade do Secretário Rasca.

É uma vitória que deve ser enaltecida. Hoje há uma comemoração de todos os pescadores, de todas as colônias do Litoral do Paraná, como também a expectativa que se resolva, de uma vez por todas, a questão da baía de Guaratuba.

Há também um preconceito contra o pescador artesanal. Uma ideologia que acha que tudo que vem do povo simples, do povo pobre, é uma coisa que, digamos, denigre a paisagem, como se isso fosse uma coisa feia. E no Sul esse preconceito é muito forte. Os Estados do Nordeste não têm esse preconceito. Lá o folclore, a questão cultural, a identidade cultural é muito mais arraigada na consciência de todas as camadas sociais. Mas aqui existe muito preconceito, como se aquilo que falassem da pesca, o barco, o peixe na praia fosse uma coisa que tirasse o turismo. Pelo contrário, isso é valorizar a identidade do povo, também o turismo que valoriza a singularidade de cada lugar.

Então, realmente foi uma reunião de extraordinária importância para a afirmação dessa classe tão sofrida que são os pescadores artesanais.

Quero cumprimentar, desta tribuna, mais uma vez, a Secretaria do Meio Ambiente. Acho que mudou, a partir de ontem, a relação entre o Governo do Estado e os pescadores artesanais.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero também tratar de outro assunto. Estive antes do Carnaval na formatura dos alunos que fizeram o PDE, o Plano de Desenvolvimento Educacional do Governo do Estado. É um plano inovador na qualificação profissional dos professores. Um programa que faz uma parceria com as universidades públicas paranaenses. Nunca aconteceu, na história do Paraná, uma parceria desta envergadura, porque os professores da universidade fazem a qualificação profissional para os professores da rede pública, que fazem uma espécie de imersão, saem da sala de aula, refletem sobre a sua escola, a sua comunidade, e apresentam um trabalho que deve ser coletivizado depois do curso de um ano, e uma estrutura de rede é criada para resolver problemas da Educação.

Mais de 1 mil alunos receberam diploma e depois conversei com o Governador Requião, lembrando que fiz uma solicitação já em 2007 ao Secretário da época, o Secretário Maurício, para que o Governo viabilizasse uma forma de gratificação de 15% para os professores que concluíssem o PDE. Por quê? Porque a universidade é assim, os professores docentes das universidades paranaenses, quando terminam o curso de pós-graduação, especialização, que é o mais simples, eles têm o adicional imediatamente de 15%. O professor conclui mestrado, 50%; conclui doutorado, 75%.

Então, acho muito correto que os professores que terminem o PDE tenham, no mínimo, uma gratificação de 15%. E essa gratificação pode ser um instrumento de qualificação permanente dos professores. Vai haver um processo de seleção, como já acontece, para o professor poder fazer o PDE. Nesse processo de seleção vai se valorizar o mérito, a qualificação permanente do professor e vai incentivar os professores a quererem fazer esse curso para ganhar uma gratificação de 15%, e isso pode mudar totalmente a forma de qualificação profissional, porque uma das causas mais graves da problemática educacional brasileira, não digo só no Paraná, é que a carreira dos docentes, praticamente em todos os Estados, é uma carreira que não tem muita possibilidade de crescimento pelo mérito, o crescimento é pequeno, não tem gratificação praticamente nenhuma, a não ser por tempo de serviço, e isso prejudica, sem dúvida nenhuma, a forma de avanço dos profissionais da Educação.

Então, quero novamente reafirmar a sugestão, vou fazer novo requerimento ao Governador para que ele avalie com muito carinho essa possibilidade de implementar uma gratificação de 15% para os professores que terminam o PDE.

Queria também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer referência à reunião que vai acontecer na segunda-feira no MEC, no que diz respeito, Deputado Rossoni, aos alunos da VIZIVALE, essa novela que já vem há mais de ano aqui na Casa, parece, estamos na expectativa de que uma solução concreta esteja se delineando. Há uma comissão formada pela Secretaria da Educação, Secretária Yvelise; pela Secretaria Lygia, da Ciência e Tecnologia; o Presidente do Conselho de Educação, professor Romeu Miranda. e a Secretaria Especial de Educação Básica do MEC e da Educação de Ensino à Distância.

Na audiência que tivemos com a Secretária Yvelise, antes do Carnaval, ficou bem clara a proposta do Paraná. A proposta é que os alunos façam uma complementação e que esta complementação permita que eles tenham, não apenas o diploma de 1ª a 4ª série, que é o diploma que a VIZIVALE fornece, mas que não está reconhecido, e das séries iniciais do ensino fundamental, mas que eles tenham acesso à conquista do diploma de Pedagogia Plena, podendo, neste sentido, lecionar não apenas para as séries iniciais, mas até para o ensino superior, Deputado Teruo.

Então, o que está acontecendo? Nesta reunião vai se decidir a porcentagem da carga horária do curso da VIZIVALE que vai ser consolidado. Não sabemos se 30, 50% mais ou menos. E a partir daí o MEC, em parceria com esta comissão, vai estabelecer as matérias necessárias, a carga horária para complementação, para que esses professores possam então ter o diploma de Pedagogia Plena.

É claro que a outra preocupação é o tempo que vai demorar esse processo. Inicialmente vai se começar com os professores que, quando fizeram o curso, estavam no exercício do magistério, que são 10 mil. Estamos discutindo o número de vagas que as universidades paranaenses, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, tem para oferecer imediatamente a cada ano e também definir a duração do curso. Mas é um passo concreto, não aquilo que esperávamos, mas pelo menos um passo concreto que pode viabilizar uma solução para esses professores.

Também decidimos na audiência com a Secretaria, com o professor Romeu, com a Deputada Luciana que estava lá, vários Deputados, o Professor Lemos da APP, que será buscado um ajuste de conduta com o Ministério Público do Paraná, o Tribunal de Contas, a Secretaria da Educação, esta comissão, para que os Prefeitos não se obriguem a demitir os professores que passaram no concurso. Como eles não têm diplomas registrados, os Prefeitos ficam com medo de terem suas contas rejeitadas. E alguns Prefeitos já começaram com os processos de demissão. Pretendemos fazer um ajuste de conduta, dando um prazo para que esses professores registrem seus diplomas, e durante esse prazo não precisará haver nenhuma demissão, nem preocupação por parte dos Prefeitos e dirigentes dos Municípios do Paraná.

Por último gostaria de dizer que hoje tivemos uma audiência com o secretário da Comunicação, Benedito, e estamos tentando consolidar um convênio com as rádios comunitárias do Paraná. Semelhante a um convênio que existe com as rádios, com as concessões de rádio com relação à luz da COPEL. As rádios comunitárias não têm nenhum benefício do Governo do Estado. Existe uma Federação das Rádios Comunitárias já criada. E pretendemos fazer um convênio com essa federação, para que as rádios comunitárias que divulgarem ações do Governo, de interesse público, também sejam beneficiadas com isenção da tarifa da COPEL.

E pretendo entrar com um projeto de lei nesta Casa estabelecendo um percentual mínimo dos gastos com publicidade com as rádios do Governo. E que esse percentual mínimo seja dirigido como apoio cultural às rádios comunitárias, que é uma grande conquista e trabalha a favor da liberdade de imprensa, sem nenhuma dúvida. Muitos Municípios, a única rádio que têm é a rádio comunitária. E outros Municípios têm duas rádios e a rádio comunitária, disputam a audiência em condições de igualdade com as concessões, que tem muito mais recursos.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Queria parabenizá-lo pela proposta, realmente de interesse público e digna de aplausos. Pode contar com o meu apoio com relação a isso.

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Agradeço, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Grande Expediente:**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

No Grande Expediente o Sr. Deputado Marcelo Rangel, por 15 minutos.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)**O SR. MARCELO RANGEL**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna para falar a respeito de um requerimento da Deputada Rosane Ferreira, que neste momento está concedendo uma entrevista à TV Assembleia. A Deputada Rosane encaminhou à Comissão de Transportes um requerimento pedindo uma Audiência Pública e também uma abordagem específica a respeito do transporte público no Estado do Paraná. É um assunto de extrema importância, e hoje gostaria de falar sobre isso, Deputado Edson Praczyk, para dizer que é um dos problemas mais graves do nosso Estado, a começar pelo serviço municipal de transportes.

As concessões municipais de transporte público, são fiscalizadas por quem? Quem é que fiscaliza o transporte público dos Municípios? As Prefeituras!

Pergunto, quem normalmente financia as campanhas para as Prefeituras do Estado do Paraná? Empresas de Transporte Público, empresas de lixo, inclusive, a respeito desse assunto vamos abordar num outro momento a questão do lixo que já estão cobrando na taxa da SANE-PAR, juntamente com a taxa de água.

A questão do transporte público é muito séria, porque infelizmente não existe fiscalização. Quem é que fiscaliza se o ônibus sai lotado dos terminais, se existe conforto e segurança, principalmente para os usuários? Quem é que fiscaliza a questão do valor da passagem? Pode acontecer de algumas Prefeituras aliviarem a questão das planilhas para que as tarifas possam ficar mais livres e cheguem a preços exorbitantes, com acontece em muitos Municípios do Estado do Paraná.

Vou fazer mais um questionamento sobre o transporte público municipal.

As empresas de viagens, elas concedem no momento da compra do bilhete o cupom fiscal? Cupom fiscal é quando você chega numa padaria, compra alguma coisa e recebe o cupom fiscal, em qualquer lugar você recebe a nota ou o cupom. quando você compra a passagem de ônibus eles te dão o cupom fiscal para você levar para casa? Ora, senhoras e senhores! Tem um projeto meu aqui na Assembleia sobre isso, fazendo com que se

torne uma obrigação de todas as companhias, de todas as empresas de transporte público. Mesmo porque, isso nos dá uma interpretação de que pode acontecer sonegação de impostos no Estado do Paraná por essas empresas, porque o recolhimento do imposto é sobre o faturamento, e tem que se emitir, sim, o cupom fiscal.

Pois bem! Passando para as empresas intermunicipais que fazem as concessões intermunicipais.

Encaminhei um requerimento perguntando sobre as licitações das empresas que realizam o transporte público entre os Municípios: Foz do Iguaçu/Cascavel, Cascavel/Guarapuava, Londrina/Maringá, Ponta Grossa/Curitiba, Curitiba/Litoral. Por exemplo, no caso de Araucária - consórcio intermunicipal Araucária/Curitiba, recebi a resposta que não existe licitação. A resposta é que a licitação depende de um plano diretor de consórcio rodoviário que precisa ser implantado pelo Governo do Estado do Paraná, mas que isso não acontece desde o Governo Álvaro Dias. Ou seja, não tem concessão. Contrato de boca entre as empresas, as empresas que existem no Estado do Paraná que fazem o transporte público intermunicipal de cidade para cidade. O fato é que estão irregulares.

Não sou contra nenhuma empresa, pelo contrário, algumas empresas aqui representam o Estado do Paraná muito bem, mas se não existe licitação, não existe documento e existe contrato regular? Estão irregulares.

Deputada Rosane gostaria de ouvi-la, porque gostaria de passar do consórcio intermunicipal direto para os pedágios e vou terminar o meu discurso sobre um outro assunto.

A Sra. Rosane Ferreira (PV) (Aparte)

Encaminhei um ofício para a Mesa pedindo para que V. Exa. como Presidente da Comissão de Transportes, e também o Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor, Deputado Reni Pereira, que fizessem e conjunto uma Audiência Pública.

Temos assistido, ao longo dos últimos meses, a discussão do transporte coletivo de Araucária. Tivemos problemas sérios com Colombo e outros Municípios da Região Metropolitana. O que sabemos, é que as pessoas se deslocam de seus Municípios de uma forma inadequada. Há superlotação todos os dias, o que estressa, o que diminui muito, muito, a qualidade de vida e até a produtividade de nossos trabalhadores. Não tenho nenhuma dúvida disso. Precisamos discutir isto.

Me permita estender só mais um pouquinho, Deputado: temos leis que asseguram que não podemos, por exemplo, andar nos nossos veículos sem o cinto de segurança. E tem um limite para nossos veículo, no deslocamento. Temos leis que não permitem. Por exemplo, o transporte coletivo de uma van ultrapasse aquele número de passageiros. Fechamos os olhos para o transporte coletivo intermunicipal. Na verdade, são 22 Municípios da Região Metropolitana que usam transporte diretamente. Não existem um limite de passageiros.

Então, quero discutir isso. E a prerrogativa é sua, como Presidente da Comissão e também o Deputado Reni Pereira, como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, a prerrogativa é de V. Exas., mas eu quero ser parceira. E fico muito grata pelo senhor estar acatando este nosso pedido. Sei que outros Deputados estarão conosco: Deputada Beti Pavin, Deputado Edson Strapasson, Deputado Chico Noroeste e outros que porventura eu possa esquecer, que representam a Região Metropolitana, que têm o voto deste trabalhador que anda de ônibus lotado, numa situação terrível.

Agradeço pelo senhor estar fazendo este pronunciamento, por ter acatado nosso pedido. E vamos, sim, parar e discutir de uma forma madura, sem funilização, que é o termo que o Deputado Luiz Claudio Romanelli, usa sempre, aqui, sem funilização, sem bandeira partidária. vamos ter aqui, uma única bandeira: a bandeira de defesa do usuário do transporte coletivo.

Muito obrigada.

O SR. MARELO RANGEL (PPS)

Agradeço, Deputada, parabéns pelo seu pronunciamento também. Vamos a fundo neste assunto.

Mas, continuando, a respeito do transporte público, vamos falar também a questão do pedágio, como falei ontem. E citarei como exemplo Foz do Iguaçu, Deputado Dobrandino da Silva, Deputado Reni Pereira, Deputado Chico Noroeste, a Eco Cataratas, no contrato o original tinha como obrigação a duplicação de Foz do Iguaçu a Guarapuava. Contrato original. Depois, no Governo Jaime Lerner fizeram um aditivo, uma emenda desobrigando a concessionária a fazer a duplicação e também benfeitorias em 500 quilômetros.

Pois bem, Deputada Rosane Ferreira, quanto custa para uma carreta sair de Foz do Iguaçu carregada de soja ou de milho, carregada, de Foz do Iguaçu para deixar sua carga em Paranaguá, você sabem? Duzentos e setenta reais só de ida. Só de ida! Passando por uma rodovia simples. Pelo menos estava prevista no contrato original uma duplicação. Não existe previsão nenhuma, pagamos um pedágio altíssimo. E mais: a Eco Cataratas entrou na Justiça e pode ganhar o Governo do Estado do Paraná, ou seja, do nosso povo, dos cidadãos paranaenses - pode, não, com certeza vai ganhar na Justiça - uma indenização por quebra de contrato.

E agora eu pergunto: espera aí, contrato? Mas o contrato original não previa a duplicação? Pelo que eu conheço de lei de licitação, aditivo tem um limite. Retirar a incumbência de realizar a duplicação de uma rodovia entre Foz do Iguaçu e Guarapuava, 500 quilômetros na minha opinião é outro contrato!

Aí temos que discutir a validade do contrato original, porque uma outra concessionária poderia também ter participado da licitação, Deputado Reinhold Stephanes. Essa é a minha opinião!

Por isso é que estou reunindo a Comissão de Transportes, com os Deputados Elio Rusch, Dobrandino e vários Deputados no final desta tarde para que possamos discutir a questão da taxa de retorno das concessionárias, porque é inacreditável você pagar R\$ 1,10 em uma praça de pedágio indo para Florianópolis e você parar em uma concessionária de pedágio paranaense e pagar R\$ 12,50 ou, como eu dei o exemplo, um caminhão pagar R\$ 270 para descarregar uma carga no porto de Paranaguá. Um absurdo! Temos que discutir isso: transporte público. E para terminar, o porto de Paranaguá.

Não está um caos o transporte público no Estado? Sem falar nas estradas rurais, que estão ruins, sem falar nas estradas que a recuperação é de incumbência do Governo do Estado, como a estrada da Araucária, as estradas do Norte Pioneiro. Mas, não vou falar nisso e, sim, vou deixar para um outro discurso. Agora, o porto de Paranaguá recebeu nesses últimos anos mais de 10 notificações. A ANTAQ notificou mais de 10 vezes. Faço um questionamento bem simples: como está o litígio do Governo do Estado com a Bandeirantes, do começo, em 2005?

A dragagem, Deputado Elio Rusch, vamos lá, vamos para Paranaguá. Vou lá e recebo aqui inclusive o requerimento do Superintendente dizendo que vai no acolher no começo de março. Mas desde 2005 não existe dragagem e agora, em 2009 estabelece-se um contrato emergencial para dragar, um contrato de R\$ 30 milhões com a empresa Somar, a mesma empresa somar que entrou na Justiça contra o Governo do Estado em 2005. Puxa vida! Pasmem! São R\$ 30 milhões em um contrato emergencial. Para se fazer um contrato emergencial, precisa existir um documento oficial provando que realmente aquilo é necessariamente de maneira emergencial. O documento me parece que não é oficial. Pois bem, mas essas questões, ainda vamos discutir e muito através da comissão, mas também quero saber como está a pendência com a Somar. Será que acabou a pendência judicial com a empresa Somar, com a Bandeirantes? E as multas da APPA? Todas essas dúvidas preciso sanar, preciso receber respostas.

O fato é que o prejuízo do setor, segundo uma empresa oficial, a FAEP, o prejuízo direto do setor do agronegócio é na escala de bilhões, porque quando acontece um problema do porto de Paranaguá quem acaba arcando com os prejuízos são os exportadores e são os produtores rurais. Quem é que paga a carga de R\$ 270? É o produtor, é o exportador. Não está indo nada bem o transporte público, a começar pela aviação do seu Município, aí para as concessões intermunicipais, a questão dos pedágios e o porto de Paranaguá, onde vamos fazer uma bela investigação, vamos fazer uma bela fiscalização através da Comissão de Transportes. Enquanto isso, Sr. Presidente, o que se fala no Palácio? Qual é o assunto do momento no Palácio? Temos todos esses problemas na área de transporte e outras questões, como de Segurança Pública, e o que se fala? Fala-se em sucessão, em campanha, em quem será o candidato, se vai ser o Pessuti, o Beto ou o Osmar. Pois bem, acho que precisamos trabalhar um pouquinho mais.

Era isso, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças: PP já ocupo seu espaço. PT também. PSDB. Com a palavra Deputado Ademar Traiano por 10 minutos.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há alguns dias, o Governador Roberto Requião encaminhou a esta Casa uma PEC que objetiva cortar os benefícios fiscais às empresas paranaenses casoprovoquem uma onda de demissões aqui no Estado em função da crise instalada mundialmente, e o Paraná com certeza também não foge à regra. Quero crer que essa decisão, na minha concepção não seja a decisão mais acertada momentaneamente, até porque quem conhece as reais dificuldades com relação ao momento difícil que o empresariado brasileiro está vivendo são na verdade os empresários. Não entendo porque o Poder Público tenha que ingerir, sobre ações do empresariado da iniciativa privada, não concebo ações dessa natureza.

Por isso quero manifestar aqui desde já a minha preocupação no sentido de que esta Casa, no momento em que o assunto vem à tona, possamos discutir isso com muita responsabilidade, com muito equilíbrio, com muita cautela, sob pena de comprometermos ainda mais a estrutura empresarial desse Estado, tão bem consolidada, e que queiram ou não no Governo anterior instalou-se através de benefícios, e que acabou criando uma mudança radical no perfil da economia do Estado e da renda *per capita* dos paranaenses. Começo o meu pronunciamento, Srs. Deputados, abordo esse tema, porque a minha iniciativa na verdade não é apenas condenar a ação e a proposta do Governador Roberto Requião, mas a minha proposição neste momento para fique aqui colocada como uma forma de analisarmos a possibilidade disto acontecer, ou não.

Clamo ao Líder do Governo, que aqui não está, enfim, aos Deputados do PMDB que tem uma facilidade maior de trânsito com o próprio Governador, para quem sabe numa cruzada desta Casa uma iniciativa junto com o próprio Governo no sentido de amenizarmos a crise que estamos vivendo, apesar de alguns entenderem de que o Paraná é uma verdadeira ilha ladeada por um paraíso de benefícios que a crise não atinge a todos nós. Pelo contrário, a crise está afetando sim todos os segmentos produtivos do Estado, e de forma especial as empresas geradoras de emprego nesse Estado. Sou empresário, gero mais de 300 empregos na minha indústria, tenho hoje uma atuação em todo o Brasil, e percebo as dificuldades que estamos vivendo diante deste momento crucial, que não é apenas do país, mas que é do mundo como um todo.

Deputado Rangel, não venho aqui advogar em causa própria até porque esse não é o meu objetivo, mas acho que poderíamos juntos, todos os Deputados, e o Governo do Estado, buscarmos uma alternativa inteligente que pudesse ajudar todo o empresariado paranaense a encontrar um caminho para resolvermos parte dos problemas que estamos tendo nesse Estado, principalmente, com o fluxo de dificuldade que estamos vivendo, no caixa da empresas, seja ela grande ou pequena.

O que proponho? Pensava em fazer um projeto de lei, mas sei que vai esbarrar na legislação, até porque o assunto não cabe a iniciativa do Parlamentar. Mas, trago aqui como uma alternativa e proposta, para quem sabe, levarmos ao Governo, em conjunto, tomarmos uma solução. A exemplo do que aconteceu no Estado de São Paulo, do que já aconteceu no estado de Minas Gerais. Que o Governador Roberto Requião propusesse, através de uma mensagem, a dilação do prazo de recolhimento do ICMS a toda as empresas paranaenses, independente do tamanho, dentro do que prevê a legislação estadual.

Tive o cuidado, ao fazer essa proposta, de analisar a Lei Estadual do ICMS, que norteia a forma como se faz e se aplica a legislação e, dentro dos parâmetros da lei é possível sim, criarmos essa alternativa de dilatar-mos o ICMS, como uma forma paliativa de ajudar o empresariado paranaense nesse momento tão difícil da vida econômica nacional.

Faço esse apelo aos Srs. Deputados gostaria que o Líder do Governo e os demais Deputados, que têm vinculação mais direta com o Governador do Paraná, pudessem levar essa proposta e conversar com o Secretário Eron Arzua, brilhante Secretário da Fazenda deste estado, que conhece, mais do que nunca, a realidade da vida econômica, aliado a tantas outras medidas que o Governo já tomou. Quem sabe poderíamos encontrar uma forma que pudesse amenizar o sofrimento do empresariado paranaense.

Não adianta retalharmos o empresariado, esta não é a melhor medida. Precisamos encontrar caminhos e soluções que possam andar juntos - Governo e o segmento produtivo deste Estado.

Isto é o que proponho para análise e apreciação desta Casa. Para que juntos possamos encontrar uma fórmula, quem sabe alicerçada nesta PEC, buscarmos uma solução que possa ajudar o segmento produtivo deste Estado.

Todos os Governo Estaduais, em conjunto com o Governo Federal têm buscado alternativas, no sentido de encontrarmos soluções para que o País não pare e o segmento produtivo possa continuar crescendo.

Esse é o nosso pedido! Espero que esta Casa abrace essa causa.

Muito obrigado.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, queria fazer um registro de lideranças importantes da cidade de Entre Rios do Oeste do Paraná.

Está aqui presente Vanderlei Aparecido da Silva, que é Diretor de Esportes da Cidade de Entre Rios; Sidnei Boom, companheiro de partido, diretor de indústria e comércio daquela Cidade; e o filho do Prefeito Élcio Zimmermann, o Juliano Zimmermann.

Sejam bem-vindos! É uma honra tê-los aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado. Sejam bem-vindos e agradecemos a presença de todos.

PDT.

(**Declina**).

PMDB. Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi, Líder do partido.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Ocupei à tribuna, na tarde ontem, para fazer uma previsão daquilo que aconteceria, á noite, na reunião da executiva estadual do meu partido. Logicamente, tudo aquilo que falei aqui, acabou acontecendo na reunião da executiva estadual. Por que não houve erro na avaliação que fizemos? Porque conheço meu partido. Como já falei, a posição que defendemos lá não foi uma posição individual do Presidente do partido. Logicamente, essa posição defendida é aquela que colhemos. Acreditava nela, mas ela nada mais era, também, do que a repercussão daquilo que estamos vendo em todo Estado do Paraná.

A pergunta que se colocava para todos nós, Deputado Dobrandino, que já foi Presidente do partido, é: “Por que o partido que mais Prefeitos elegeu, que tem o maior número de Vice-Prefeitos, que tem o maior número de diretórios - praticamente em todos os Municípios do Paraná - que tem o maior número de Vereadores, não vai ter candidato concorrendo ao Governo do Estado”? Para que possamos continuar a alargar, aquilo que se colocou por meio do Governo Requião, que é a defesa do interesse público a presença firme do Estado onde deve estar, no nosso entendimento, de maneira permanente. Então essa posição partidária nasceu em todos os cantos, em todas as ruas, em todos os distritos. Poderia dizer que essa posição que defendemos, colocando-a de maneira muito clara ao conjunto dos companheiros da executiva estadual, era uma coisa plenamente sentida que teríamos que fazer.

Bom, o que aconteceu na reunião? Aberta a reunião, colocada como proposta, já no início da discussão, tivemos a manifestação daqueles que se encontravam lá. E todos os que se manifestaram concordaram com a posição em defesa da unidade partidária, para enfrentarmos com as melhores condições possíveis os duros embates eleitorais que teremos pela frente. Todos, por unanimidade. Sabemos que o partido tem aqueles que não concordam com essa

posição, mas é uma flagrante minoria que não teve nenhuma repercussão na reunião da executiva estadual. Não houve nenhuma manifestação contra aquilo que nós dirigentes do PMDB decidimos, na noite de ontem.

Pois bem, o que é que temos que fazer daqui para frente? Logicamente que alguns, até dentro do partido, dizem o seguinte: escuta, mas vocês não podem fazer o lançamento da candidatura antecipada. Ora, nós não somos nem ignorantes partidários nem ingênuos, todos sabemos que essas questões serão legalmente decididas de acordo com a lei no período que vai de 10 de junho a 30 de junho do ano de 2010. Mas, nada impede que as candidaturas, que estão naturalmente nascendo ou sendo estimuladas sejam, sem propaganda eleitoral antecipada nenhuma, colocadas todas essas candidaturas nas ruas. Tem muita gente que já diz o seguinte: olha, a campanha de 2010 já foi antecipada, ela começou a tomar as ruas.

Ontem mesmo ou antes de ontem, estava aqui o nosso amigo, companheiro, ex-Deputado, Prefeito de Cascavel, Edgar Bueno. Ora, o Governador de São Paulo, José Serra, esteve em Cascavel e talvez ele nunca tenha ido a Cascavel, não sei. Pode ser até que não tenha ido lá quando ele se confrontou com o companheiro Lula, Presidente da República, mas estava lá. Estava lá fazendo o quê? E aqui em Curitiba o que é que ele veio fazer? O que o Aécio Neves está fazendo pelo Brasil afora? E a candidatura do PT inexistente até quando ouve, através do Presidente da República, um direcionamento na direção da Ministra Dilma Rousseff? Todo mundo sabe, que a Dilma Rousseff, será candidata, se “tsunamis políticos” não acontecerem será candidata do PT à Presidência da República.

Então, eu pergunto: por que nós, aqui no Paraná, que temos o Governador Requião no seu terceiro mandato dirigindo o povo do Paraná, nós que temos toda essa estrutura porque não podemos sinalizar na direção do companheiro Orlando Pessuti? Dizemos isso de maneira muito clara, houve unanimidade em relação a essa posição partidária na noite de ontem. E não estamos de maneira nenhuma, fechados a conversações, tanto é que falei há pouco: escuta, se estamos acreditando que iremos ao segundo turno, na realidade não pretendemos apoiar ninguém, nós estamos abertos para recebermos apoio de outras organizações partidárias para a nossa proposta no segundo turno.

É dessa maneira que as coisas estão caminhando, queremos conversar com todos, mas que todos saibam que o povo do Paraná, através do seu grande partido, o PMDB, terá candidato ao Governo do Estado.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Deputado Pugliesi. Quero primeiro lhe parabenizar pela discussão do tema e dizer o seguinte: não creio que a classe política do Paraná e mesmo a imprensa paranaense se surpreenda com o lançamento da candidatura do nosso

partido o ano que vem. Vou dar um exemplo: só depois que se rompeu o regime ditatorial em que o Governador era nomeado, aqui no Paraná houve quantas eleições e quantas o PMDB ganhou? Acho que seria até um entendimento péssimo, alguém que pensa assim se surpreender com a candidatura do nosso partido. E, olha, o que me surpreende é não ter candidato a nível nacional, porque o nosso partido é majoritário em todo o Brasil.

Embora o nosso partido em nível nacional, temos que admitir que a cúpula que dirige o partido tem sido conivente e trabalhado mais em benefício próprio, às vezes pessoais. Lamento isso. Aqui no Paraná teremos que ter candidatos com viabilidade de ganhar a eleição.

Muito obrigado

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Obrigado, Deputado Dobrandino. É aquilo que temos dito. O nosso candidato será homologado - lá na frente tem viabilidade eleitoral.

Vejam bem a presença do MDB e do PMDB na vida paranaense. Quais são os possíveis candidatos que estão colocados aí? Álvaro Dias, do MDB e do PMDB. Osmar Dias, do MDB, do PMDB e do Zuquinho. Beto Richa, filho do ex-Governador Richa. Quantas vezes eu, Presidente do partido há muitos anos atrás, saí pelo Paraná, fazendo comissões provisórias para a Constituição do PMDB. Fui o primeiro Presidente da Comissão Provisória, da organização, quando ela se estabeleceu definitivamente. Então, de todas as maneiras estamos presentes, pela nossa atividade e a dos nossos companheiros. Logicamente que alguns dissentiram, porque algumas ou muitas vezes em apenas e tão somente um partido, não é possível abrigar tantas e tantas lideranças expressivas.

Estamos aí. Iremos para o segundo turno. Estou convencido disso. Falei aqui logo depois das eleições. A unidade inquebrantável das Oposições não existe ou não existirá na prática. Estamos vendo as rachaduras que existem no campo adversário do PMDB. Estou falando abertamente, como sempre fizemos. Estamos na construção da unidade partidária com o objetivo claro, a manutenção do Governo do Estado nas mãos da população, que precisa ver mantidas as políticas públicas que lhe favorecem, que foram implantadas aqui pelo Governador Roberto Requião.

Temos a repercussão em alguns blogs. Não houve, de maneira nenhuma, o cerceamento da liberdade de ninguém. As reuniões partidárias são abertas. Todos estão convidados a se manifestarem.

Fazer um registro ao nosso companheiro Stephanes Júnior, que muitas vezes é visto como dissidente. Ele é meu companheiro de partido, alguém que expressa as suas posições de maneira individual e elas são ouvidas. Ninguém quer punir aquele que diverge e que dissente. O Stephanes Júnior esteve na reunião e se manifestou favoravelmente à candidatura do partido, própria, em favor daquele que estamos pretendemos lá na frente, como nosso candidato ao Governo do Estado.

É assim que se faz política: colocar de maneira clara as posições. Respeitamos as posições dos outros. Na hora em que a Executiva Estadual do PMDB, por unanimidade toma uma decisão, qual a posição que temos que ter firmeza em defesa daquilo, que de maneira unânime ficou assentada. Porque a Democracia, Pastor Praczyk, ela é boa nesse sentido, quem faz 51% dos votos ganha; quem faz 49% perde; Quem ganha manda, quem ganha governa. Quando a maioria é estabelecida democraticamente através do voto, a minoria tem que respeitar a posição que foi colocada em discussão, em votação e aprovada pela maioria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Bloco PPS/PMN.

(Declina)

Bloco PTB/PR, com a palavra o Deputado Chico Noroeste por 10 minutos.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, público presente, cidadãos, cidadãs paranaenses que nos assiste neste momento.

Deputado Dobrandino, Deputado Reni Pereira, antes do Carnaval participei de uma reunião do Comitê Executivo Prol Copa do Mundo na Cidade de Curitiba. Após ter participado dessa reunião, tive a iniciativa de apresentar aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, um requerimento. Um requerimento que foi subscrito por quase todos os Deputados. Não peguei dos senhores, porque naquele momento não se encontravam no Plenário, mas certamente aprovam o requerimento.

O requerimento solicita do Presidente do Comitê, que Foz do Iguaçu ocupe um espaço, uma cadeira no Comitê Executivo Prol Copa do Mundo 2014, aqui na Cidade de Curitiba. E hoje, me reuni com o Pessuti que é o Presidente, uma conversa muito rápida e ele garantiu que Foz do Iguaçu vai ter sim uma cadeira, ou seja, vai compor o comitê em nível de Estado. E, ao mesmo tempo, nos pede para que nos reunamos com os interessados na Cidade de Foz do Iguaçu, que seja instituído também um comitê na cidade de Foz do Iguaçu.

Portanto, após ser constituído esse comitê, o próprio comitê irá indicar duas pessoas, um titular e um suplente para que possam participar dos trabalhos, para que possam ajudar Curitiba a ser escolhida como sendo uma das Cidades que vai sediar a Copa do Mundo em 2014.

Penso que neste momento, como Foz do Iguaçu, todos os Parlamentares aqui sabem, é uma Cidade expoente no Estado do Paraná, uma Cidade conhecida em todo o Brasil e também, uma cidade conhecida internacionalmente pelas suas características, por ter o turismo como principal atividade econômica. Todos sabem, todos

vocês sabem, Foz do Iguaçu é hoje o segundo destino, Pastor Edson Praczyk, mais visitado do Brasil por estrangeiros no segmento lazer.

Portanto, penso que neste momento Foz do Iguaçu pode contribuir e bastante, pode ajudar Curitiba e numa segunda fase, tenho certeza, não tenho dúvida nenhuma de que Foz do Iguaçu passará a ser beneficiada, porque o objetivo nosso é que ela possa ajudar no apoio logístico. Temos uma extraordinária rede de hotéis. Foz do Iguaçu está preparadíssima para receber visitantes do mundo inteiro.

Portanto, Foz do Iguaçu, a partir do momento em que Curitiba, penso que só pelo fato de haver a Copa do ano de 2014 no Brasil ela já seria sim beneficiada, mas Curitiba sendo escolhida, porque todos sabem que hoje há 17 candidatas para sediar a Copa, mas somente 12 serão escolhidas.

Portanto, neste momento, Deputado Dobrandino, devemos nos dar as mãos, vamos, chegando em Foz do Iguaçu procurar o pessoal do esporte, mas principalmente o pessoal do segmento turístico para que nós, Deputados, juntamente com o segmento turístico, possamos constituir rapidamente este comitê e na sequência, duas pessoas possam estar aqui em Curitiba ajudando nos trabalhos da Copa do ano de 2014, o comitê que hoje já está constituído.

O segundo assunto que quero falar é que antes do Carnaval, nas Sessões anteriores, nós observamos aqui no plenário uma polêmica, principalmente com relação a cobrança da taxa de coleta de lixo que é dos Municípios, cobrada pela SANEPAR - alguns Municípios, parece-me que 50 Municípios no Estado do Paraná. Mas, há uma polêmica, há um questionamento - alguns Deputados acham, e até também me incluo - que é ilegal a cobrança da taxa de coleta e lixo sem a autorização expressa do interessado, do consumidor, do contribuinte. Mas por outro lado também ouvi, tive a oportunidade de ver o Stica que hoje trabalha na SANEPAR dizendo que não há ilegalidade nenhuma.

Portanto, para que tenhamos uma regulamentação, uma norma aqui no Estado do Paraná, estou apresentando um projeto de lei que vai normatizar esta questão, não somente da taxa de coleta de lixo, mas de todo e qualquer prestação de serviço que porventura vier a ser cobrada na conta de água, cujo teor do nosso projeto é o seguinte:

(Lê):

“Súmula: proíbe a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR de interromper o fornecimento de seus serviços de água e esgoto, nos casos que especifica.

Art. 1º Fica a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR proibida a interromper o fornecimento dos serviços de água e esgoto aos consumidores, nos casos de não pagamento de faturas que contenham cobrança de taxas municipais ou outras provenientes de contrato de prestação de serviços ou convênios havidos entre SANEPAR e terceiros, que não foram formalmente e antecipadamente autorizados pelos consumidores.

Parágrafo Único. O consumidor que não desejar a cobrança de outros serviços, conjuntamente com a fatura de água e esgoto, poderá requerer a exclusão, a qualquer eventualmente já lançados, sendo facultado ao consumidor efetuar somente o pagamento dos valores de água e esgoto, ficando a cargo dos Municípios ou terceiros a cobrança de outros serviços, através de outros meios.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/03/09.

(a) CHICO NOROESTE”

Lá em Foz do Iguaçu, nós os 320 mil habitantes fomos surpreendidos com esta modalidade de cobrança sem nenhum tipo de autorização. Portanto pelo, aqui, aos srs. Deputados e principalmente aos Deputados membros da CCJ e membros das outras comissões, que agilizem os pareceres para que possamos ter aqui no Estado do Paraná esta lei, que tenho certeza, vem em benefício da população paranaense.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Bloco Democratas. Concedo a palavra ao Sr. Elio Rusch.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Como é difícil fazer política hoje em dia no nosso Brasil. Vejamos os Prefeitos, os mais de 5 mil Prefeitos no Brasil que foram eleitos no mês de outubro. E um deles está aqui presente, o Prefeito Luiz Ernesto talvez outros esteja aqui pelos corredores, ou nos gabinetes dos Parlamentares. E o que se fala nesse momento? É a eleição de 2010, Deputado Belinati. Os Prefeitos não fazem dois meses que assumiram e já se fala... O Antonio Belinati, o próprio ilustre Deputado, Parlamentar, tetra Prefeito em Londrina, que foi injustiçado até pela demora do julgamento. Em Londrina não tem Prefeito ainda, o Presidente da Câmara está respondendo. Outras dezenas de Municípios que terão eleições agora este mês, mês que vêm. E por que eu falo isso aí? Ora! acho que o Congresso Nacional, tem que de uma vez por todas alterar a legislação eleitoral que, temos no nosso Brasil. Não é possível num Brasil em que vivemos, os Prefeitos mal assumiram as Prefeituras não constituíram ainda a sua equipe de trabalho e só se fala da eleição em 2010. Quando passar a eleição de 2010, vai se falar só da eleição de Prefeito que vai acontecer em 2012.

Veja uma coisa, por que não unificar as eleições? Fala uma eleição só no Brasil de Presidente da República a Vereador.

Estive nos fundos do comitê da imprensa e fui entrevistado por alguns canais de televisão perguntaram e eu disse: por que não fazer uma reforma política no nosso Brasil. Quem ganha administra, quem perde fiscaliza.

Aí se houve nesse momento - O PMDB pode coligar com o PSDB no Paraná por que o PDT pode ter o apoio do PMDB no Paraná, porque o PT pode estar junto com PMDB e a coerência onde é que permanece? Onde é que ela fica?

Quando ouvi falar com todo respeito que tenho e admiro o Deputado Waldyr Pugliesi eminente Deputado e Presidente do PMDB no Estado do Paraná, quando ele fez algumas considerações de alguns figurões da política. Vamos pegar no Estado do Paraná. Quem é que era o maior adversário do atual Governador Roberto requião - quando ele era Senador, quando ele era Deputado, Rafael Greca de Macedo, era Prefeito de Curitiba, era Deputado junto com o Requião e eram adversários. De repente Rafael Greca no PMDB Secretário de Roberto Requião no Paraná. Você vê o Algaci Túlio, Líder do Governo Jaime Lerner ou Líder da Oposição contra o Requião aqui na Assembleia, e onde é que está o Algaci Túlio meu amigo a quem respeito, lá defendendo Roberto Requião. Reinhold Stephanes Ministro da Agricultura, pessoa competente que tenho definido inúmeras vezes aqui na Assembleia Legislativa, quando Ministro de Fernando Henrique Cardoso, hoje no PMDB. Era adversário de Roberto Requião, era Secretário de Roberto Requião do Planejamento, hoje Reinhold Stephanes Ministro do PMDB do Presidente Lula que é do PT.

Vamos trazer para a Assembleia Legislativa a coerência. O Stephanes Júnior é meu amigo. Era PFL, está no PMDB, Partido do Governador. O Kielese Crisóstomo, era Deputado, foi Deputado é Deputado e meu amigo como todos são. Mas é Deputado do PFL que deu sustentação ao Jaime Lerner, hoje Vice-Líder do Roberto Requião aqui na Assembleia. Pego o Mauro Moraes, Deputado do PMDB, brilhante Deputado, mas quando Vereador era adversário do PMDB. Vamos parar de falar.

Quando o Fernando Henrique Cardoso era Presidente da República, o líder do Fernando Henrique Cardoso, não sei se foi na Câmara, mas era do PMDB. Quando o Serra disputou a eleição para Presidente da República, a Vice de José Serra era Rita Camata, do PMDB. O Lula ganhou a eleição, o primeiro partido a costear a cerca era o PMDB, se encostou ao Governo e até hoje está encostado.

Vamos cobrar a coerência, mas vamos falar o que existe. Não vamos esquecer que o PFL, hoje Democratas, nós éramos Oposição ao PT e não aceitávamos aquilo que o PT fazia com o Fernando Henrique Cardoso, que era PSDB. E o PFL era vice de Fernando Henrique Cardoso. Quando o PT ganhou a eleição para Presidente, o primeiro partido e o único até hoje, mais do que o PSDB é Oposição e continua Oposição ao Presidente da República, não ao Presidente, mas à forma de administrar, aí tem que ser coerente.

Aqui na Assembleia Legislativa do Paraná, o PFL, hoje Democratas, quando o Requião se elegeu Governador, fomos Oposição e continuamos Oposição. Acho que esta coerência tem que ser cobrada.

Respeito e muito o Deputado Waldyr Pugliesi, uma pessoa determinada, firme, que defende suas posições ideológicas, eu respeito. Essas pessoas têm que ser respeitadas. Agora, quando vamos falar de coerência, vamos falar dos outros partidos.

O que precisa no Brasil, mesmo, é uma coerência lá no Congresso Nacional, para que possamos unificar as eleições, mandato de cinco anos, e aí sim vocês vão ver que as coisas serão diferentes. Se V. Exa. abre a página de jornal, hoje, liga a televisão, o que é que tem? A eleição de 2010. A pauta de 2010. É isto o que está falando. É isto o que está acontecendo. Escuta, Governador Roberto Requião, vamos trabalhar! Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vamos trabalhar! Para de levar a Dilma a tiracolo, percorrer o Brasil, fazendo campanha para 2010! Não! V. Exa. foi eleito para trabalhar! E é isto o que tem que se fazer! Quem ganha, administra; quem perde, fiscaliza.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Nobre Deputado Elio Rusch, isto é assim em todos os segmentos da vida. O Corinthians foi jogar numa quarta-feira no Maracanã, com o Botafogo, e o goleiro Tobias, do Corinthians, pegou até pênalti e eliminou o Botafogo. O goleiro foi carregado pela torcida, no próprio gramado. No domingo, o Corinthians foi decidir o título com o Internacional, em Porto Alegre, perdeu por 2x0. Quando o Corinthians desembarcou no Santos Dumont, e São Paulo, não tinha nem carregador de mala para os jogadores. A vida é assim.

Eu defendo o mandato de cinco anos para Prefeitos, Governadores e Presidente, porque era assim antigamente. De repente veio alguém lá da revolução, armou uma jogada política, jogou o mandato para seis anos, depois jogou para quatro. Mas concordo que a reeleição, de um modo geral, não tem dado certo no Brasil. O Lula é quase que um fato excepcional, está dando certo até agora. Mas, já vimos muita gente se reeleger e se queixar que não foi uma boa reeleição, porque não pode trocar de equipe, porque um está com a mãe com câncer, ou tem o avô que está com uma unha encravada lá não sei aonde, outro apoiou na campanha.

Então, acho que a reeleição não é um instituto que aprovou para o Executivo. Mas, o mandato de cinco anos foi o melhor tempo para os Prefeitos, Governadores e Presidente da República.

Agora, V. Exa. falar do Stephanes e tal, Exa., o próprio Barack Obama, agora, buscou para formar a equipe dele, gente até do outro partido. A própria Hillary, que bateu pesado no Obama, hoje ocupa um dos mais altos cargos do Governo dele. Então, se a pessoa tem competência, é o fundamental.

O que aconteceu na vida pública são as barganhas. Muita gente procura colocar seus apadrinhados no Governo Lula para fazer esquema até financeiro, esquema de caixa, para a campanha eleitoral, não é para resolver o problema do povo. Acho que é isto o que está acontecendo que tem que ser diferenciado no comentário que temos que fazer. O ideal seria colocar gente para Secretário do Prefeito, Governador e Presidente para servir o povo, os contribuintes. Mas, lamentavelmente os esquemas são montados com barganhas políticas e só feram com o nosso povo.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço o aparte do Deputado Antonio Belinati. Quero dizer apenas o seguinte: alguma medida já foi adotada em relação à fidelidade partidária. Agora, só faltava o Congresso Nacional querer abrir aquela janela. Seria o caos, o fim! A fidelidade partidária é como a fidelidade ao matrimônio. A cada quatro anos você pode trocar de partido. Ora! Ou existe fidelidade ou não existe! Não tem meio termo. Não existe isso aí. É como mulher. Ou é, ou não é. Ou está, ou não está. Quer dizer, desculpe, mas é esta a expressão que tem que ser usada, para a população entender, porque, com todo o respeito, não é possível continuar da forma como está. Nós, políticos, estamos desacreditados, desmoralizados e, em grande parte, por culpa dos próprios políticos. Mesmo antes de eu estar aqui na Assembleia, ouvia falar da reforma política, da reforma partidária, mas cada vez que se volta: ah! Os interesses pessoais são maiores. Aí, quem ganha a eleição começa a cooptar os Deputados, os Senadores ou Vereadores para ter a maioria.

Em 2002, quando perdemos a eleição com o Álvaro Dias para o Requião, tínhamos 28 Deputados contra 26 e no dia da posse, dia 01, tínhamos seis Deputados de Oposição e 48 já estavam para o lado do Governo. Quer dizer, é uma vergonha. Não é possível! Nos Estados Unidos não acontece, porque quem tem maioria tem maioria e quem tem minoria tem minoria, nem que seja por um voto. Mas, aqui o Brasil não é assim. Espero que o Congresso Nacional possa resgatar exatamente essa posição e possamos fazer uma reforma partidária e uma reforma política profunda, para que não se fale só de eleições no nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Queremos cumprimentar a presença dos Vereadores de Colorado, em nome dos Deputados Accorsi e Luiz Nishimori, o Vereador Valdomiro Zanardi, Paulo Evangelista, Vanderlei Bispo de Oliveira, Francisco Antonio dos Santos e José Alencar de Andrade. Com satisfação, registramos a presença dos companheiros Vereadores. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli, por 10 minutos.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Penso que ouvi alguns pronunciamentos nesta Casa hoje e fiquei me perguntando se nesta Casa, que é a Casa do povo paranaense, não for promovido o debate político, onde é que ele será feito? Ora, chegou um tempo em que nós, - que recebemos do povo a delegação para estarmos aqui como seus representantes - temos que ter a firmeza, a coragem, a capacidade de falarmos aquilo que pensamos e, muitas vezes, deixar de nos guiarmos por um outro colunista de jornal que quer pautar a conduta de um Parlamentar ou de outro. Ora, a Assembleia Legislativa pode e deve, sim, discutir o tema que envolve a sucessão em 2010, por que não?

Ouvia um jovem Parlamentar ir à tribuna da Casa hoje e dizer que a Assembleia está perdendo tempo em discutir o futuro. Ora, com o devido respeito que tenho, porque afinal de contas aqui todos somos iguais e todos têm o seu livre arbítrio para poder expressar o seu pensamento, mas a Assembleia Legislativa tem dois mundos, sendo um do debate político que se trava aqui neste plenário e o outro é do processo legislativo que se trava nas Comissões Permanentes da Casa, que se trava no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, como já fizemos hoje no final da manhã e início da tarde. Esse trabalho que é feito no processo legislativo, como é a Comissão Especial presidida pelo Deputado Jonas Guimarães, que tem como Relator o Deputado Professor Lemos, que vai relatar na próxima quinta-feira a PEC do emprego e, se tudo der certo, na próxima segunda ou terça-feira ela virá a Plenário para que possamos votar.

Ou então, ainda colocarmos em votação e em debate nesta Casa, porque entendo que é necessário até pelos questionamentos que estão surgindo, a transformação da SUDERHSA e a criação do IPAGUAS; precisamos criar a Agência das Águas do Estado do Paraná, até para podermos resolver o tema que envolve as concessões da Companhia de Saneamento do Paraná. Ora, ninguém pode acusar esta Casa de estar faltando com o povo paranaense, porque temos trabalhado, esta Casa tem resolvido e votado aquilo que é importante para a sociedade paranaense. Por isso, que entendo que o debate político que se faz aqui nesse Plenário ele é legítimo, ele é absolutamente importante no Parlamento. Muitas vezes até não gostamos do que ouvimos, mas ela é importante, ninguém chegou aqui por acaso, ninguém veio aqui sem que tivesse o voto do povo paranaense para poder representá-lo, e nós o vemos na democracia representativa, embora claro eu como outras pessoas defendamos que possamos aprofundar a democracia participativa.

Então, quero dizer que o debate, ele é saudável para a democracia, 2010, Deputado Valdir Rossoni, certamente é um ano importante para a sociedade paranaense e brasileira, teremos grandes desafios, temos que pensar.

Ontem mesmo comunicava o líder da nossa bancada, o PMDB, e Presidente do nosso partido, Deputado Waldyr Pugliesi, aqui dessa tribuna, o nosso partido reuniu-se, decidiu por confirmar publicamente a candidatura para ser trabalhada dentro do nosso partido, dentro daquele conjunto do arco de alianças para discutir com os outros partidos a candidatura do Vice-Governador Orlando Pesutti, para depois das convenções do ano que vem poder vir a ser o candidato a Governador pelo PMDB.

É uma definição do nosso partido, o PMDB tem uma posição, eu acho isso importante, o PSDB outro dia reuniu-se, foi importante a reunião, disse; “Vamos ter candidato próprio”. E todo mundo sabe o respeito que nós temos pelo Senador Álvaro Dias, mas é claro que a candidatura que o PSDB hoje tem é a do Prefeito de Curitiba, o Beto Richa; como também nós sabemos que a candidatura que o PDT apresenta, e que sinaliza o apoio, o Presidente Lula através do PT, é a do Senador Osmar Dias. Olha, não estou aqui inovando naquilo que discutimos na política do dia a dia, e que faz parte daquilo que nós somos delegados pelo povo para fazer aqui nesse Parlamento.

Por isso, eu quero dizer o seguinte: todo debate que nós travamos, muitas vezes com uma linguagem mais técnica, aonde aprofundamos, Deputado Elio Rusch, tenho aprendido tanto com V. Exa., V. Exa. que, não é um especialista na área tributária, alguém que tem de fato dado uma grande contribuição para o Estado do Paraná, mas ao mesmo tempo, não posso deixar aqui de ouvir esses argumentos, e dizer, Deputado Elio Rusch, esse conjunto de aparentes, se trabalhássemos com a teoria da aparência para poder interpretar o seu discurso certamente nós verificaríamos o seguinte: há uma grande incoerência, não dos partidos, não de V. Exa. por favor, não dos partidos, mas de pessoas. As pessoas, elas mudam, vivemos um processo civilizatório. Olha, eu não vou longe, hoje em um dos jornais, acho que a Gazeta do Povo, publica uma fotografia de uma pegada que se acredita a pegada de um ser humano feita há um milhão e meio de anos atrás. Ora, quem estudou um pouco e leu sobre isso sabe que quando os hominídeos desceram das árvores e começaram a comer carne, a carne de carcaça dos animais, provavelmente é que começou a se desenvolver o cérebro das pessoas.

E olha, hoje não tem nenhuma contradição entre a teoria criacionista e a teoria da evolução das espécies. Estamos falando da mesma coisa, se foi por Deus que colocou a alma nesses seres e os transformou em homens e mulheres, mas nós tivemos um processo de evolução do ser humano através dos milhões de anos, e quando vamos nos situar nesse processo todo a gente entende o quanto que na verdade temos que fazer para poder contribuir do ponto de vista da nossa passagem tão breve aqui nessa passagem terrena.

Por isso que eu acho que o nosso desafio é de fazer um mundo melhor, e as incoerências das pessoas, as pessoas, elas vão evoluindo, elas vão evoluindo, elas vão

tendo outra participação, Deputado Elio Rusch, e cada um, claro, pode explicar para si próprio ou para a sociedade que ele representa essas mudanças variadas de comportamento.

V. Exa. relacionou pessoas que tenho, algumas delas, não todas, o maior respeito. E ressaltaria apenas uma, o Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, todos nós temos um grande respeito por ele. Foi escolhido pela Bancada do PMDB, representa a nossa bancada e, ao mesmo tempo é alguém que tem contribuído muito para poder reformular e melhorar a agricultura em nosso País. E nós, peemedebistas, nos orgulhamos muito do desempenho que ele tem tido. Ele tem acertado muito, naquilo que tem feito a favor da sociedade paranaense e brasileira.

Entendo que as pessoas evoluem. Se olharmos aqui no plenário há muitas pessoas que são originárias do velho MDB. O Deputado Valdir Rossoni, por exemplo, começou fazendo política no PMDB, depois deu uma passagem no PRN, no PTB e, depois se sentiu confortável no PSDB. E todos sabemos que o PSDB nasceu dentro da unidade partidária o MUP, que era a esquerda do PMDB. Essas mudanças partidárias são fruto da legislação eleitoral que temos.

O Tribunal Superior Eleitoral outro dia, na minha avaliação, de uma forma ilegítima legislou sobre uma matéria que é de competência exclusiva do Congresso Nacional e agora, me garante o Deputado Federal Rodrigo Rocha Loures, que será votada ainda este ano uma janela, a famosa janela da infidelidade.

Me mantenho coerente em relação ao meu partido. Mas, essas mudanças partidárias são frutos das disputas locais, dos debates políticos que são muito duros.

Nós vivemos um paradoxo. Tínhamos diversos partidos políticos, vem o golpe de 1964, que se pretendia uma revolução, e depois a história demonstrou que a ditadura foi um golpe, um golpe de mudanças de pessoas. Então, cria-se no Brasil o bipartidarismo, por um ato consentido.

Concluo, Sr. Presidente. Só para terminar esse paradoxo aqui. É um paradoxo, Deputado Belinati, V. Exa. que nasceu no MDB sabe disso.

Quando do bipartidarismo, nós vivemos, no final da década de 70, se criou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, a n° 5082. Essa lei estabelecia um regramento do funcionamento dos partidos. Os partidos tinham que ter democracia interna, convenções, direitos dos filiados. E os partidos, na ditadura, tinham democracia. O partido político era uma pessoa jurídica de direito público interno. Tinha um famoso observador da Justiça Eleitoral que, na verdade, era um funcionário da Justiça Eleitoral que comparecia às convenções, mas que anotava se houvesse alguma irregularidade, se alguém fraudasse uma ata, se alguma manifestação de voto não fosse bem conferida, que era interessante, considerando principalmente o quanto os partidos políticos são poderosos no Brasil.

Vem a Constituição de 1988, Deputado Elio Rusch, e o que aconteceu? Os partidos políticos passaram

a ser pessoas jurídicas de direito privado, são regidos pela Lei n° 9096, é derogada a Lei n° 5082, e aí a democracia os partidos políticos se tornam ditatoriais, ou seja, é um paradoxo. Na ditadura, havia democracia nos partidos. Na democracia, vige a ditadura e aí, claro, as mudanças partidárias.

Eu concluo, Sr. Presidente. Agradeço a paciência de V. Exa. Exagerei no tempo aqui, mas entendo que a Casa do povo é uma casa política, e debater política aqui faz parte das nossas obrigações como representantes do povo. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. extrapolou uns três minutos, mas no horário da Liderança da Oposição, se fizer uso, também terá os três minutos. O Deputado Elio Rusch abriu mão.

Esta Presidência, antes de passar à Ordem do Dia, cumprimenta a presença do Prefeito de São Pedro do Iguaçu, Sr. Natal, e sua esposa, Dona Nilce, que nos prestigiavam com suas presenças nesta Sessão. Sejam bem-vindos!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a Mesa, Mensagem n° 004/09, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que autoriza a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, para a Agência de Fomento do Paraná S/A. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem n° 005/09, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, a conceder bolsa-auxílio ao estudantes de origem angolana, deficientes visuais, matriculados em instituições de ensino no estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem n° 006/09, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao Município de Irati, de área de terras com 31 (trinta e um) hectares, delimitada no processo sob Protocolo n° 7060652-6, inserida em área maior, com 450 alqueires, na localidade denominada Fazenda Floresta, Serra dos Pedrosos, Fazenda Imbituvinha, Município de Teixeira Soares, conforme registro sob n° 4750, do Registro de Imóveis da Comarca de Teixeira Soares. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem n° 007/09, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, dispondo sobre aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 402.000,00 (quatrocentos e dois mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, aprovado pela Lei Estadual n° 16032, de 29/12/08. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 167/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a construção dos muros do Colégio Estadual Tânia Varella Ferreira, do Município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 168/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a construção de 01 (uma) capela mortuária na sede do Município de Quarto Centenário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 169/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo a instalação do Batalhão de Polícia Militar no Município de Francisco Beltrão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 170/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Cultura a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Jardim Olinda. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 171/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Cultura, a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Guaiaraçá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 172/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Cultura a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Mandaguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 173/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Cultura a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Santa Isabel do Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 174/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Cultura a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Santo Antônio do Caiuá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 462, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, justificando sua ausência em Plenário no dia 02/03/09, por compromisso oficial assumido: reunião sobre instalação da Escola Técnica de Irati, realizada na Cidade de Curitiba/PR. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

A pedido do Deputado Tadeu Veneri, esta Presidência registra a presença do Prefeito de Itambé, Sr. Antônio Carlos Zampar. Seja bem-vindo ao nosso Plenário.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 552/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a APNEFRG - Associação dos Portadores de Necessidades Especiais de Fazenda Rio Grande. **Aprovada. (Publ. no DA nº 156/08, de 17/12/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 010/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Associação Agentes da Paz - AGEPAZ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 001/09, de 03/02/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 755/07, de autoria do Deputado Carli Filho, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores das Vilas Tupinamba, Vila Maria, Vila Jardim, Jardim Higienópolis, Jardim Capanema e Jardim Hermínia com sede no Município de Guaruva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública o Instituto Madalena Sofia, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL

DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que altera a Lei nº 14190, de 20/11/03, que declarou de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária de Profissionais Liberais e Pessoas Físicas dedicadas à atividade empresarial de nova esperança e região ACINE, com sede e foro no Município de Boa Esperança. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que define diretrizes para a política de entrega voluntária de remédios vencidos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 118/08, de 09/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 404/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Caíto Quintana pretende incentivar de forma legal a voluntariedade às classes civis e jurídicas a entrega nos postos de saúde, Estadual ou Municipal, mais próximo do seu domicílio, remédios com datas de validade vencidas.

Fundamentação

Primeiramente, é importante verificar se a competência para legislar sobre a matéria objeto do presente projeto de lei abrange os Estados, ou se é matéria de competência privativa da União. Para tanto, devemos atentar para os preceitos estabelecidos pela Carta Magna Federal, que delimita as competências legislativas de União, Estados e Municípios.

A matéria é tratada pelos artigos 23, II (Competência Comum) e 24, V, XII (Competência Concorrente) todos da CF/88, que especificamente delimitam:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, (...);

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

XII - (...), proteção e defesa da Saúde;

A Constituição Estadual seguindo a mesma linha de raciocínio assim preleciona, *literis*:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

XII - (...) proteção e defesa da saúde.

Ressalta-se ainda, que os parágrafos 1º ao 4º do artigo 24 da CF complementam o entendimento constitucional acerca da competência legislativa dos entes político-administrativos componentes, assim dispondo:

Art. 24. (...)

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a sua peculiaridades.

(...)

Portanto, estando o assunto do presente projeto de lei dentro da seara dos Estados Federados, cabe analisar se a iniciativa para legislar cabe a membro da Assembleia Legislativa, ou se está entre os assuntos cuja iniciativa é privativa do Poder Executivo. Para elucidar a questão devemos observar os preceitos contidos nos artigos 65 e 66 da Constituição Estadual, os quais versam, *literis*:

Art. 65. A iniciativa da leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, (...), na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Vê-se, claramente, que a iniciativa cabe ao Parlamentar proponente, pois não há óbice ou limitação constitucional que afaste ou impeça o projeto de transformar-se em lei por vício de origem, até porque a CE - Constituição Estadual não veda a iniciativa do legislativo paranaense embora estabeleça como privativa do legislativo paranaense embora estabeleça como privativa a competência do executivo as atividades inerentes às Secretarias do Estado, quanto a criação, estruturação e atribuições das mesmas, *literis*:

(...)

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

A matéria do presente projeto de lei embora afeto à Secretaria de Saúde é de abrangência nacional, de amplo interesse social, sendo direito de todos, responsabilidade do estado cuja competência comum e concorrente para legislar está albergada nos artigos 23 e 24 do CF, não existindo, portanto, neste aspecto, nenhuma vedação à sua iniciativa.

A Lei Federal nº 6437/77, de 20/08/77, configura infrações à legislação sanitária federal estabelece as sanções respectivas e dá outras providências. Em consonância com essa lei a ANVISA órgão federal publicou a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 306, de 07/12/04, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para gerenciamento de resíduos de serviços de saúde delegando no artigo 3º aos Estados e Municípios a elaboração de saúde delegando no artigo 3º aos estados e municípios a elaboração de normas de caráter supletivo ou complementar, *literis*:

Resolução 306 - ANVISA:

(...)

Art. 3º A vigilância sanitária dos Estados dos Municípios e do Distrito Federal, visando o cumprimento do Regulamento Técnico, poderão estabelecer normas de caráter supletivo ou complementa, a fim de adequá-lo às especificações locais.

Estando o projeto revestido de constitucionalidade, passemos a analisar sua legalidade frente ao direito positivo brasileiro as normas de elaboração das leis dispostas na LC nº 095/98. Artigo 7º da referida lei determina no seu *caput* que na elaboração das leis deverá ser observado alguns princípios básicos elencados nos incisos I a IV, *literis*:

(...)

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

(...)

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Considerando que a matéria objeto deste projeto está regulada amplamente pela Resolução RDC nº 306 de 07/12/04 de autoria da ANVISA, e abrangendo pessoas jurídicas, importa em respeito à boa técnica legislativa, fazer remissão a essa resolução que regula o destino dos remédios com prazo de validade vencidos em estoque junto às pessoas jurídicas do setor, com destaque aos farmacêuticos e laboratoriais, o que o fazemos através da emenda modificativa em anexo a esse parecer.

Neste pensar propomos a emenda modificativa ao artigo 1º nos seguintes termos:

Emenda modificativa:

Texto original:

Art. 1º Fica prevista a entrega voluntária, por pessoas físicas ou jurídicas, de medicamentos fora do prazo de validade.

(...)

Texto proposto:

“Art. 1º Fica prevista a entrega voluntária por pessoas físicas ou jurídicas, de medicamentos fora do prazo de validade, observado no que couber a Lei Federal nº 6437/77 de 20/08/77 e a Resolução ANVISA nº RDC - 326 de 07/12/04.”

(...)

Não vejo óbice quanto aos termos do artigo 2º. O comando normativo na forma impositiva, como proposto, não fere os princípios da separação dos poderes, haja vista que reconhecida e demonstrada a competência concorrente desta Casa para legislar sobre esta matéria, a flexão verbal se impõe, sem ferir os fundamentos da separação dos poderes, pelo que, *data vênica*, divirjo da análise prévia desta CCJ que apresentou emenda modificativa ao artigo 2º excluindo a expressão “realizará”, pela “poderá”. Assim que entendo cabível ante a importância da matéria pela manutenção da expressão: “O Poder Executivo realizará convênios...”

Impacto Financeiro - LRF

A questão orçamentária dos possíveis convênios referidos no artigo 2º do presente projeto, não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal na exata medida em que os convênios desta natureza já são previstos nas dotações orçamentárias para implementação da própria atividade da Secretaria de Saúde além do que, SESA já está adequada aos dispositivos da Resolução RDC nº 306 da ANVISA que vige desde 2004.

Sanada a incorreção material do projeto de lei quanto à técnica legislativa, o projeto também está revestido de legalidade, pois encontra guarida nas leis relacionadas.

Conclusão

Desta forma, entende-se que o projeto está revestido de constitucionalidade e sendo de iniciativa válida, encontrado amparo nas leis relacionadas pode prosseguir ao crivo do plenário desta Casa de leis para análise de mérito.

Diante disso, somos de parecer pela constitucionalidade e legalidade do presente projeto de lei com a emenda modificativa.

Parece favorável, com emenda.

Sala das Comissões, em 02/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 404/08

Texto original:

Art. 1º Fica prevista a entrega voluntária, por pessoas físicas ou jurídicas, de medicamentos fora do prazo de validade.

(...)

Texto proposto:

“Art. 1º Fica prevista a entrega voluntária por pessoas físicas ou jurídicas, de medicamentos fora do prazo de validade, observado no que couber a Lei Federal nº 6437/77 de 20/08/77 e a Resolução ANVISA nº RDC - 326 de 07/12/04.”

(...)

Sala das Comissões, em 02/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 404/08

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Caíto Quintana o presente projeto de lei define diretrizes para a política de entrega voluntária de remédios vencidos.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável. Chamada esta Comissão de Saúde Pública a opinar, conclui que:

O projeto de lei tem por finalidade proteger a população paranaense, dos riscos que os remédios vencidos causam à saúde.

O excesso de medicamentos vencidos em casa pode levar à ingestão equivocada do produto ou contribuir para o aumento nos casos de intoxicação infantil.

Salienta-se, que a destinação final de medicamento vencidos em lixos domésticos, oferecem riscos ao meio ambiente.

Assim, sendo no âmbito desta comissão, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 404/08.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02/03/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
NEY LEPREVOST- Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 412, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu queria encaminhar o presente requerimento e dizer o seguinte: quero recomendar à nossa bancada para aprovar o requerimento, porque o que quer o Deputado proponente do requerimento? Ele quer saber o quanto foi gasto em relação à compra efetuada de bebidas alcoólicas pelo Governo do Estado, qual o valor pago nos anos de 2007 e 2008, e qual é a previsão de gasto pelo Governo do Estado para aquisição de bebidas alcoólicas para o ano de 2009.

Queria fazer só uma sugestão, aqui, se o autor do requerimento permitir, Deputado Rangel, vamos buscar os últimos 10 anos para se ter um comparativo?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Ok.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Então, o autor vai subir à Mesa, Sr. Presidente, e fazer uma rasura dizendo os últimos 10 anos. Vamos fazer um levantamento para se ter uma ideia, em termos

de comportamento. Sabem que eu também sou curioso em relação a isso. Acho que deve ser um valor insignificante, mas de qualquer forma vamos descobrir qual é esse valor e aonde ele foi utilizado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Valendo a rasura, o Deputado Marcelo Rangel concorda. A rasura não está feita ainda, mas vale a palavra de V. Exas, nos últimos 10 anos, a compra de bebidas alcoólicas pelo Governo. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 413, de autoria o Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior.
Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, estou surpreso com esse requerimento, porque no final do ano passado, na comissão presidida pelo Deputado Marcelo Rangel, veio participar de uma Audiência Pública não só o Secretário de Obras, o Sr. Júlio César de Souza Araújo Filho, como também vieram diversos Secretários para falar sobre as obras, num tema geral, obras que têm problemas de continuidade, enfim, esses temas. Inclusive, até houve um mal-entendido que depois foi desmentido. Mas, o fato concreto é o seguinte: foi feita até uma apresentação muito detalhada sobre isso. Estou surpreso só porque o tema foi tratado há dois ou três meses atrás.

Para ser sincero, antes de encaminhar contrário à rejeição do requerimento, Sr. Deputado Marcelo Rangel, fundamentar aqui por que ele quer um relatório, tendo em vista que eu vi, eu e todos que estavam na comissão vimos, ser entregue um relatório que devia ter mais de 300 ou 400 páginas, detalhando obra por obra que o SEOP cuida no Estado do Paraná, o nível de execução, qual o percentual de obras, se a obra estava paralisada ou não, se ela tinha sido iniciada ou não. Esse relatório foi entregue na comissão, eu vi o relatório sendo entregue, Sr. Presidente.

Se o Deputado Marcelo Rangel puder fundamentar o requerimento, vou entender que é um desejo. Senão vai me parecer que é, única e exclusivamente, para criar mais um argumento para a Oposição poder discutir. Está me parecendo que é essa a segunda alternativa, mas vou dar o benefício da dúvida ao Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, para encaminhar?

(Assentimento)

Posso explicar, Sr. Deputado. As obras do PAC em Guarituba estão paradas. Estivemos lá, inclusive, junto com V. Exa. em Piraquara e em outras obras que também estão paradas. Houve uma declaração do Poder Executivo dizendo que não é problema de dinheiro, não é uma questão de verbas, porque elas foram liberadas, e não é um problema do Poder Executivo também, e sim um problema burocrático, nos cartórios.

Por isso fiz esse requerimento, que pede o relatório atualizado das obras públicas paradas, por problemas técnicos das empresas empreiteiras. O CREA, dentro da Comissão de Transportes, está nos auxiliando. Estamos fiscalizando e investigando as empreiteiras, que por problemas que não têm nada a ver com o Poder Público, acabaram parando suas obras. Por isso requeri esse documento e também o relatório atualizado das obras paradas, por problemas burocráticos.

Sr. Presidente, é dessa maneira que justifico o meu requerimento aqui na Assembleia.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Entendo que o autor quer uma coisa e está pedindo outra, para ser bem sincero. Desculpe eu falar dessa forma! Não se ofenda, por favor, me ouça até o final! As obras do PAC que foram anunciadas, foi feita a correção pelo Ministro das Cidades. O Ministro Paulo Bernardo, com a Ministra Dilma, através de uma coletiva, mostraram o Paraná no índice em que estavam aquelas obras atrasadas. Tiveram que vir a público para se justificar, dizendo que não era verdade, que tinham cometido um equívoco. Sabemos que para difamar a honra - no caso é uma honra subjetiva - é fácil.

Na prática, verificamos que as obras não estão com problemas. As obras do PAC não têm absolutamente nada a ver com a Secretaria de Obras Públicas. Suas obras, uma parte delas, que envolve saneamento, é a Companhia de Saneamento do Paraná que desenvolve essas obras. O que envolve habitação e regularização fundiária é essa da COHAPAR.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Por que saiu a declaração do Poder Executivo?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É uma pergunta que V. Exa. deveria fazer ao Ministro Paulo Bernardo. Ele fez a declaração, que já foi desmentida por ele mesmo e pelo Ministro das Cidades. O Requião, na Escola de Governo, fez uma apresentação que foi, na prática, feita pelo Presidente da SANEPAR e pelo Presidente da COHAPAR, Rafael Greca. Ao mesmo tempo são as duas empresas de sociedade de economia mista, responsáveis pelas obras do PAC no Paraná. V. Exa. poder formular esses requerimentos. Esse requerimento V. Exa. já obteve com a vinda do Secretário.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, vou retirar esse requerimento e vou reformulá-lo. Temos outras discussões.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Retirado o requerimento pelo autor.

Requerimento nº 414, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Requerimento nº 415, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não, não temos nenhum projeto na Assembleia. Há uma notícia de jornal sobre esse tema, a mídia divulga sobre um tema igual a esse. É um pedido de informação, na minha avaliação, que não existe. Se existir vai ser no momento em que vier o projeto de lei para a Assembleia Legislativa e aí haverá o debate.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, para encaminhar.

Como é um depoimento oficial, não existe então nenhum projeto que reajusta os salários dos oficiais da Polícia Militar e exclui os Soldados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Não existe tramitando nesta Casa Legislativa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Como não existe? Então vou retirar também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Retirado o requerimento.

Requerimento nº 474, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Penso que essa informação também está no site da Polícia Militar.

O pedido está muito bem formulado, todos sabem, temos um efetivo de mais de 20 mil e o Governo está trocando todo o armamento da Polícia Militar. Nenhum policial vai ter mais revólver calibre 38. Todos terão a pistola 40. Essa é uma decisão tomada pelo Governo e está sendo adquirido. Sou pelo encaminhamento da aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 475, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

Quero encaminhar favoravelmente porque isso é uma caixa preta que deve ser aberta mesmo. Tenho aquele meu projeto da unificação da data dos vestibulares e só não querem unificar a data, no Paraná, por conta dessas famosas taxas que as universidades arrecadam. É muito dinheiro. Acho que vale a pena.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Quero agradecer também o encaminhamento favorável, que existe um projeto de um companheiro do PPS, do Deputado Douglas Fabrício, a respeito dos vestibulares gratuitos no Estado do Paraná. E estou perguntando qual o valor arrecadado e no que é investido. Precisamos saber, de todas as universidades do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Em votação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 457, 463 a 467, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 452 a 456, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 458 a 461, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 478, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 484, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 485, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 755/07, 020 e 014/09.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 012, 037 e 038/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Atas de Comissão****Tomada de Contas**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
3º SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e nove, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua primeira reunião ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 013/09. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Deputado

Edson Strapasson, Relator da Proposição nº 013/09, que encaminha a prestação de contas do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de janeiro de 2009, conforme Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004. Após análise dos documentos anexados à proposição, constatou que o todo encontra-se de acordo com a legislação em vigor, dando parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado por todos os presentes, uma vez que as contas estão dentro das normas, e atendem a regulamentação vigente. O Sr. Presidente encerrou os trabalhos agradecendo a presença de todos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária

